

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O F.M.I. E SUA ATUAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA
ABORDAGEM DO ÚLTIMO ACORDO (1998) E SEUS POSSÍVEIS
CUSTOS SOCIAIS**

Monografia submetida ao departamento de
Ciências Econômicas para obtenção de carga
horária na disciplina CNM-5420 – Monografia.

Por: Sara Cristina Gama

Orientador: Nildo D. Ouriques

Área de pesquisa: Economia Internacional e
Economia Brasileira

Palavras-chaves: 1- Política Monetária
 2- Dependência
 3- Custos Sociais

Florianópolis, fevereiro de 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 a aluna Sara Cristina Gama na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Nildo D. Ouriques
Presidente

Prof. Wagner Ariento
Membro

Prof. Lauro Mattei
Membro

Agradecimentos

Em especial, ao meu querido marido Adilson, que em todas as circunstâncias ficou ao meu lado, me incentivando nos momentos mais difíceis. Aos meus pais que possibilitaram minha formação estudantil. A todos os professores que mediante a todas as dificuldades enfrentadas por uma universidade pública, conseguiram contribuir para a minha formação acadêmica e intelectual. E finalmente a Deus que me dá forças e esperança num mundo melhor.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1. O PROBLEMA.....	6
1.1. Introdução.....	6
1.2. Objetivos.....	8
1.2.1. Objetivo geral.....	8
1.2.2. Objetivos específicos.....	8
1.3. Metodologia.....	9

CAPÍTULO 2

2. BREVE HISTÓRICO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (F.M.I.) ...	10
2.1. Século XIX. Um século de paz.....	10
2.2. Tratado da paz. As origens do Fundo.....	14
2.3. Bretton Woods: surge uma nova organização mundial.....	17
2.3.1. Funções iniciais do F.M.I.....	18
2.3.2. Campos de atividades, políticas financeiras (modalidades), serviços, fontes de recursos e tomadas de decisões.....	19

CAPÍTULO 3

3. EVOLUÇÃO DO FUNDO MONETÁRIO.....	24
3.1. Comportamento teórico da instituição.....	24
3.2. O F.M.I. na América Latina nos anos 80.....	29
3.3. O consenso de Washington.....	33
3.4. Crises do Fundo Monetário.....	36

CAPÍTULO 4

4. O BRASIL E O F.M.I.	45
4.1. Breve histórico econômico do Brasil.....	45
4.2. Acordos entre Brasil e o Fundo Monetário.....	53
4.3. O Plano Real.....	56
4.4. A última intervenção do Fundo – 1998	58
4.5. Os custos sociais.....	66
4.6. Políticas alternativas	73

CAPÍTULO 5

5. CONCLUSÃO	82
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

CAPÍTULO 1

O PROBLEMA

1.1 – Introdução

Para que haja um entendimento da presença e da importância do F.M.I. na economia brasileira é preciso voltar no tempo e abranger a economia na esfera internacional. Tudo ia bem até o século dezenove, que foi considerado o último período de paz, havia equilíbrio de poder (hegemonia inglesa), o padrão monetário era o ouro (organizou a economia internacional), um mercado auto regulável (que não deixava ninguém insatisfeito) e um estado liberal (que só observava o suposto equilíbrio). A partir do momento que este esquema é rompido a organização social do século dezenove é abalada afetando o equilíbrio existente entre as principais potências, dando início aos grandes conflitos que vão se aprofundar no século vinte.

Com o rompimento do equilíbrio existente, no final da primeira guerra mundial, notou-se a necessidade de um novo mecanismo / organismo que controlasse e orientasse o sistema econômico internacional, por este motivo muitos países envolvidos direta ou indiretamente no conflito reuniram-se para traçarem um plano que restaurasse o equilíbrio anterior. Esse plano foi conhecido como o tratado da paz (que não conseguia resolver todos os problemas existentes).

Após a Segunda Guerra Mundial os problemas e desequilíbrios continuavam. Para tentar resolve-los formalizou-se (com fortes influências do tratado da paz) o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) tendo como objetivo restaurar o equilíbrio das economias dos países envolvidos na guerra. O F.M.I. parte do princípio que os desequilíbrios nos países existe por causa da demanda interna elevada, causando desequilíbrio no balanço de pagamentos pela necessidade de importar e de captar empréstimos. Por esses motivos as políticas recomendadas pelo Fundo são basicamente monetárias (não considerando as diferenças existentes entre as economias), além disso estas estão vinculadas a corrente de pensamento econômico liberal, ou seja, liberdade financeira, redução da intervenção do estado na economia e flexibilidade no mercado de trabalho.

Como a maior parte dos países envolvido na guerra eram desenvolvidos, por volta dos anos cinquenta os trabalhos de assistência prestados pelo F.M.I. se concluem,

então o Fundo começa a atuar nos países subdesenvolvidos como os da América Latina, África e Ásia. Inicialmente a instituição tinha os mesmos objetivos e utilizava os mesmos critérios aplicados aos países da Europa, mas a partir do momento que o F.M.I. se articula ao capital financeiro (privado) para dar continuidade a suas funções prestamistas sua forma de atuação muda, o capital privado passa a manipular, determinar e, conseqüentemente, influenciar as políticas do Fundo, logo os países que recorreram a ele foram os mais prejudicados. As políticas destinadas aos países como os da América Latina tornaram-se mais rígidas e mais controladas, mas a essência continuava a mesma: controlar a inflação e o déficit na balança de pagamentos (não considerando as conseqüências causadas pela adoção de tais políticas).

O Brasil ao longo dos tempos recorreu ao Fundo Monetário quatorze vezes, em doze não utilizou a totalidade dos recursos e em seis acordos o dinheiro nem foi tocado, os acordos foram iniciados em 1958 e o último foi em 1998. A maioria dos acordos foram “stand-by”, considerada a forma mais comum de financiamento da Instituição, onde os recursos são limitados e com prazos de pagamentos entre doze e vinte e quatro meses. Na maioria das vezes, o Brasil utilizou os empréstimos principalmente para rolagem da dívida externa e para alguns projetos de investimentos. Um outro tipo de acordo foi utilizado em 1983 onde os empréstimos são do tipo “Extend Fund Facility” (E.F.F.), trata-se de uma linha de crédito ampliada cujos prazos de pagamentos e limites de crédito são maiores. Nessa modalidade os recursos monetários são oriundos de distintas fontes pois trata-se de uma grande quantia. Em 1983 o E.F.F. foi disponibilizado ao Brasil por insistência do governo João Figueiredo.

Quando um país recorre ao F.M.I. normalmente é porque ele tem problemas no Balanço de pagamentos o que torna este país sem atratividade e incapaz de tomar no mercado internacional de capitais empréstimos suficientes para financiar o déficit no seu balanço, quando o Fundo intervém numa economia ele recomenda políticas para ajustar esse déficit no balanço de pagamento pois só assim ele garante o zelo pelo patrimônio da organização (tranqüilizando também os países membros), porquê com as contas em dia o país auxiliado conseguirá amortizar sua dívida com o F.M.I.

Para que o Governo de Fernando Henrique Cardoso pudesse manter seu plano de estabilidade econômica iniciado em 1994, ele precisava de um gigantesco fluxo de capitais dentro do país (reservas cambiais), para isso teria que existir confiança e atratividade para esses investimentos, caso contrário a economia se tornaria vulnerável e foi isso que aconteceu, então a saída encontrada pela equipe econômica de F.H.C. foi

recorrer ao Fundo em 1998 para assegurar um financiamento capaz de manter o plano de estabilidade, mas ao mesmo tempo o país sujeitou-se às regras impostas pela organização (ajuste fiscal, política monetária flexível, pagamento da dívida externa e interna, reforma estrutural, nenhuma restrição a saída de capitais, entre outras).

O que pretende-se abordar nesta pesquisa é a existência de custos sociais decorrentes desta última intervenção, porquê dependendo do resultado poder-se-á concluir que estamos apenas aumentando o grau de dependência para com os países centrais, em especial os Estados Unidos e poder-se-á refletir na possibilidade de adoção de outras políticas para a economia brasileira, que possibilitem conseqüências menos traumáticas.

1.2 – Objetivos

1.2.1 – Objetivo geral

Com base no referencial bibliográfico disponível, procurar identificar o objetivo da formação do Fundo Monetário Internacional, sua estruturação (organismos e hierarquias), trajetória ao longo de sua existência e sua atuação principalmente no Brasil.

1.2.2 – Objetivos específicos

- Conhecer o funcionamento do F.M.I. desde sua formação e sua atuação nos últimos tempos (crises e mudanças).
- Apontar os períodos da atuação do F.M.I. no Brasil e algumas características dos acordos firmados.
- Descrever o último acordo firmado entre o Fundo Monetário e a economia brasileira (no governo de Fernando Henrique Cardoso – 1998)
- Verificar a existência de custo-social decorrente das políticas adotadas pelo Brasil (e apoiadas pelo Fundo) no último acordo.
- Identificar políticas alternativas para os problemas brasileiros.

1.3 – Metodologia

A pesquisa que será realizada pode ser caracterizada como básica, cujo resultado não será utilizado imediatamente, podendo talvez auxiliar pesquisas futuras. Os dados utilizados serão secundários, isto é, fornecidos por outros pesquisadores, além disso são dados objetivos que descrevem apenas e somente a realidade.

Com o objetivo de estudar o F.M.I. (funcionamento, política e trajetória), serão feitas consultas em bibliografias especializadas e também nas publicações da instituição. Como parte das referências que serão utilizadas são publicações defasadas, os dados que nelas estão inseridos serão atualizados por publicações de jornais, revistas e endereços eletrônicos.

Para apresentar os períodos que o Fundo Monetário intervém no Brasil e os tipos de acordos firmados, será feita uma busca em publicações relacionadas com o assunto (revistas, jornais e artigos).

Finalmente, para analisar o último acordo firmado entre o F.M.I. e o Brasil em 1998 serão utilizados recursos, como: livros, revistas, jornais e relatórios publicados a partir desta data, para verificar a essência do acordo, os reflexos e em especial a existência de custos sociais, esse último será identificado através de variáveis afins (desemprego, renda média etc.).

CAPÍTULO 2

BREVE HISTÓRICO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (F.M.I.)

Este capítulo tem como objetivo apontar as características iniciais que dão origem ao F.M.I.; para tanto é preciso voltar ao período que antecede à Primeira Guerra Mundial, pois é a partir deste espaço de tempo que surge a necessidade de uma instituição / organismo que exerça, segundo Baer e Licktensztein (1987, 37), “Função de protagonista e regulador do sistema monetário internacional”. Pois muitos países envolvidos direta (conflito bélico) ou indiretamente (apoio econômico e/ou político) nas guerras do século XX passam a enfrentar problemas econômicos (resultando no desequilíbrio de suas contas no balanço de pagamento) que precisaram ser senados.

Nas duas Guerras não foram disputados apenas territórios, existiu também uma disputa (entre as principais potências) pelo padrão monetário, porque quem o determinava trazia para si grande poder e forte influência sobre o sistema Financeiro Internacional.

2.1 – Século XIX: um século de paz

O século XIX pode ser considerado um período de paz porque os principais mecanismos (econômicos e políticos) que compõem as relações internacionais estavam em “equilíbrio”. Como descreve Polanyi (1980, 23), “a civilização do século dezenove se firmava em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as grandes potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal” “entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização”.

O padrão-ouro é consequência do forte sistema de equilíbrio de poder da Inglaterra, este poder é conquistado pela exploração do sistema colonial que fornece insumos e matérias-primas para o crescente e promissor parque industrial Inglês, por sua vez fornece manufaturas que possibilitam e fortalecem o comércio internacional (deste país

para com os demais). Toda essa prosperidade fortalece o setor bancário Inglês e possibilita a determinação do padrão-ouro (adotado pela Legislação bancária Inglesa em 1821) que significou um conjunto de regras para a criação e circulação do dinheiro. A nível dos países significou emitir dinheiro e convertê-lo, se preciso fosse em ouro e a nível internacional foi determinado que as transações seriam pagas com o metal adotado, bem como o câmbio entre moedas nacionais se daria na proporção do seu conteúdo (ouro), isto significava que os países precisavam ter estoques deste metal, aqueles que não tinham (a maior parte deles) e precisavam importar recorriam a empréstimos externos.

Na época a Inglaterra tinha um forte sistema bancário que além de conceder empréstimos financiava atividades manufatureiras, mineiras e de infra-estrutura. Londres era o centro bancário e financeiro mais importante do mundo com filiais e sucursais em muitos países, o que tornou a Inglaterra reguladora da liquidez e do movimento de capitais através do controle do padrão monetário. A Inglaterra conseguiu manter este forte poder até 1913.

Segundo Baer e Lickensztejn (1987), apesar do ouro ter sido o padrão-monetário, na prática (por se escasso) ele não cumpria as funções monetárias - moeda efetiva no comércio e instrumento geral do sistema de crédito - por isso esse papel foi atribuído a libra esterlina (moeda Inglesa) que passou a ser unidade de medida, meio de troca e de reserva mundial (até 1931, quando é abandonado pela Inglaterra).

Com a Primeira Guerra Mundial, a economia Inglesa perde o controle comercial, industrial e financeiro para as economias dos E.U.A., Alemanha e França e sua hegemonia é abalada pela instabilidade generalizada das economias. Os E.U.A. tornam-se uma grande potência com um grande mercado financeiro (Nova York) canalizador do movimento de ouro e de capitais financeiros. Apesar de se tornar uma grande potência, os E.U.A. não financiavam países deficitários (não queria abrir sua economia), o cenário era de especulação e desequilíbrios monetários que estimulam a grande crise de 1929. Como uma crise tão profunda foi desencadeada, em 1931 o padrão-ouro Inglês é abandonado, então foram formadas áreas comerciais e monetárias (para proteção de muitos países). Em 1934 os E.U.A. passam a converter sua moeda em ouro para com os bancos centrais e autoridades monetárias e em 1944 com a criação do F.M.I. foi adotado um novo padrão-monetário tornando este país a principal potência mundial.

O estado liberal é uma consequência da auto-regulação do mercado. A partir de 1830 o liberalismo ganha força e o pressuposto "Laissez Faire" passa a ser imposto pelo estado, algo a ser atingido, tendo como pilares: liberdade econômica, mercado de trabalho

competitivo, padrão-ouro automático e comércio internacional livre (este último foi constantemente controlado por estados / potências e suas organizações). Mas toda essa liberdade declina a partir dos anos 1870/1880 tendo como causas o fortalecimento do nacionalismo e socialismo, que foi uma ação de classes pois a economia de mercado com sua auto-regulação afetou os interesses da sociedade e não apenas interesses econômicos e os primeiros concentravam uma parcela maior de pessoas surgindo assim um movimento contrário a este tipo de economia. Apesar de todo esforço contrário, a economia liberalizada se manteve por mais tempo pois foi protagonizada pela classe comercial e liderada pela classe dos banqueiros. Segundo Polanyi (1980), o emprego e os vencimentos dependiam da lucratividade dos negócios, mas a lucratividade dos negócios dependiam dos câmbios estáveis e de condições sólidas de crédito e ambos estavam sob os cuidados dos banqueiros. O controle dos mercados se rompe quando a economia doméstica apresenta redução da produção, do emprego e dos rendimentos; quando a nível de políticas internas ocorre tensões de classes e quando na política internacional é acentuado a rivalidade imperialista.

A fragilidade do mercado auto-regulável foi ampliada com a ascensão do socialismo abalando o liberalismo que não pode fazer a reforma capitalista pois ele rompia com o sistema de propriedades (atingiria camadas sociais poderosas).

Como nos mostra Polanyi (1980, 243), “a civilização do século dezenove foi destruída pela autoregulação do mercado”. (As Guerras apenas apressaram essa destruição) esse tipo de economia teve como base o auto-interesse = lucro o que significa dizer que existia uma “liberdade” / “liberalismo” controlado.

Para Polanyi (1980, 246), “o fim da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados. Estes continuam, de várias maneiras, a garantir a liberdade do consumidor, a indicar a mudança da demanda, a influenciar a renda dos produtores e a servir como instrumento de contabilização, embora deixe de ser, totalmente, um órgão de auto-regulação econômica”.

A economia de mercado teve como carro chefe o mercado auto-regulável apoiado pelo estado liberal e pelo padrão ouro e teve como motorista a Grã-Bretanha. Depois dela obteve-se “liberdade” interna e “cooperação” efetiva entre blocos de países que atualmente estão subordinados à mundialização do capital.

Polanyi afirma que (1980,250), “a economia liberal encaminhou os nossos ideais numa falsa direção; embora parecesse próxima a atingir expectativas intrinsecamente utópicas. Não existe uma sociedade sem o poder e a compulsão, nem um

mundo em que a força não tenha qualquer função. Era uma ilusão admitir uma sociedade que fosse modelada apenas pelo desejo do homem e a vontade do homem”.

No século dezenove havia paz porque existia equilíbrio econômico e político determinados pela Grã-Bretanha, na época era a única potência mundial, como foi mostrado anteriormente, ela se fortaleceu pela exploração das colônias, passou a manufaturar os produtos explorados e conseqüentemente dominar o comércio mundial. Como não havia países fortes o suficiente para concorrer com a Inglaterra, não foi tarefa difícil tornar o século dezenove equilibrado (de paz), pois este país tinha controle internacional: político, econômico e social.

Mas como a Inglaterra só se preocupou com a industrialização, com o passar do tempo outros países crescem e fortalecem suas economias através de atuação em outros mercados, como o financeiro, o que reduz a hegemonia Inglesa e aumenta a participação de outros países (como: E.U.A., França e Alemanha), no cenário internacional.

O século vinte é iniciado com muita instabilidade mundial, os conflitos tornam-se constante até resultarem em guerras. No pós-guerra busca-se alternativas para restaurar o suposto equilíbrio do século anterior, na primeira guerra – através do tratado da paz e na segunda guerra – pela conferência de Bretton Woods - que cria organismos para esse fim. Nas duas ocasiões as idéias eram boas (restaurar o equilíbrio mundial), mas o caminho escolhido foi equivocado, queriam repetir as políticas do século dezenove, sendo um século diferente do outro, ou seja, os mecanismos de equilíbrio não eram mais os mesmos. No período anterior só havia uma potência em destaque – a Grã-Bretanha e no período seguinte haviam mais potências querendo o controle do comércio mundial tornando impossível sustentar e manter os mecanismos que equilibraram o século da paz, como descreveu Polanyi anteriormente. O equilíbrio de poder foi abalado pela concorrência entre as potências, o “padrão-ouro” continuou até virar “padrão-dólar”, o mercado auto-regulável deixa de existir porque não existia um controle natural e sim individual (interesses capitalistas) o que prejudicou o desenvolvimento econômico de muitos países e o estado liberal foi mantido pois é interessante tirar muitas responsabilidades que recaíam sobre o estado, passando este último apenas a orientar e controlar as variáveis macroeconômicas (inflação, taxa de juros, câmbio etc).

Foi impossível restaurar o equilíbrio do século dezenove pois as condições políticas e econômicas são diferentes nos dois períodos, cada um tem características diferentes é por isso que todo o esforço feito pelos mecanismos / organismos criados não conseguem mais alcançar um equilíbrio mundial.

2.2 – Tratado da paz: as origens do Fundo

Com a Primeira Guerra Mundial muitos países da Europa ficaram arruinados (nos campos políticos, econômicos e sociais), pois a organização da Europa era baseada na extração de carvão, produção de ferro, transportes marítimos e importações de alimentos e matérias-primas, com a Guerra essa organização foi interrompida.

Keynes (1978), em uma de suas obras, descreve a forma pela qual os países envolvidos na Guerra se organizam através de uma conferência (sediada em Paris no ano de 1918) para traçarem um plano que restaurasse a organização européia. Esse plano foi posteriormente conhecido como o Tratado da Paz. Neste evento, Keynes chefiou a delegação inglesa (apesar da indiferença da Inglaterra sobre o assunto) e como não concordou com muitos pontos do tratado ele apontou outros meios para chegar-se a paz.

Ele estava preocupado com questões práticas, com a política de conjuntura, e não apenas com penalizações. Keynes estudou sob a ótica das teses marginalistas e mostrou posteriormente que estas eram inconsistentes, pois não existia um equilíbrio automático na economia (economia de mercado), onde o mercado criava a demanda e tudo aconteceria naturalmente. Para Keynes, é a demanda efetiva que sustenta o mercado e conseqüentemente, o nível de emprego, a renda, o consumo e um maior nível de investimento. A solução segundo Keynes para atingir a paz estava ligada principalmente ao nível de investimentos, pois com um nível elevado ele acreditava que poderia se atingir o equilíbrio econômico e conseqüentemente a paz entre os povos. Para ele, o estado era quem deveria possibilitar esse nível de investimentos e incentivar a economia para manter a demanda efetiva, o estado deveria regular as taxas de juros (mantendo abaixo das expectativas de lucro), incrementar o consumo (através de gastos públicos) e expandir os investimentos (por meio de empréstimos que absorvessem recursos ociosos). A preocupação de Keynes estava na restauração das economias e das sociedades abaladas pela guerra.

Segundo Keynes, na conferência, os Franceses (vencedores da Guerra porque receberam apoio da Inglaterra e das Américas) tinham como objetivo primordial arruinar a economia da Alemanha (derrotada na Guerra) e o representante dos Estados Unidos da América, presidente Wilson, estava preocupado apenas com sua imagem política, não queria tomar partido para não contrariar nenhuma das partes (vencedores e derrotados). O

resultado foi um tratado com incompatibilidades de políticas, muitas questões consideradas fundamentais por Keynes não foram sequer mencionadas no tratado.

Decorridos seis meses o tratado foi concluído, a preocupação de muitos representantes da conferência (incluindo Keynes) estava na aceitação por parte da Alemanha em concordar com os pontos do tratado (mas ela o aceita em 23 de outubro de 1918), pois recaía sobre ela e seus aliados uma penalização exagerada. Como afirma Keynes (1978, 101), “Alemanha dará compensación por todo el daño causado a la población civil de los aliados y a su propiedad com sus agresiones por tierra, por mar y por aire”. Como poderia um país derrotado pela Guerra e sem recursos financeiros cumprir essas penalizações?

As questões mais importantes na concepção de Keynes foram:

- Remoção de barreiras econômicas e igualdade comercial entre os países envolvidos no conflito com o intuito de estimular as relações comerciais e reduzir desigualdades / favorecimentos para determinados países que tinham barreiras ou vantagens comerciais;
- Eliminar excessos de armamentos, deixando-os suficientes para questões de segurança nacional. Essa medida buscava eliminar a possibilidade de novos conflitos bélicos;
- Liberdade de navegação marítima para todos os países que pudessem se relacionar através dos mares com outras nações;
- Desocupação das terras invadidas para que a organização das sociedades fosse reestabelecida;
- Livre acordo em relação as colônias, não obrigando as colônias a se submeterem à determinados países na forma pela qual se faziam;
- Formação da liga das nações para evitar desequilíbrios políticos e sanar possíveis desentendimentos;
- Comprometimento da Alemanha no pagamento das indenizações fixadas (Keynes as considerou abusivas e impagáveis), seja em espécie (ferro, carvão e produtos industrializados) ou em dinheiro. Todas essas medidas visavam a retomada de crescimento do conjunto de países envolvidos na Guerra e também buscavam reduzir a possibilidade de um novo conflito.

Como já se previa a incapacidade de pagamento das indenizações, foi criada uma comissão de reparação que reordenaria os prazos e as formas dos pagamentos.

Segundo Keynes (1978, 183), “este cuerpo es um organismo tan notable, y puede, si funciona, ejercer tan amplia influencia sobre la vida de Europa”.

As funções desta comissão, segundo Keynes (1978), eram:

- determinar os valores das indenizações a serem pagas pela Alemanha e prazos de pagamentos;
- especificar meios de pagamentos (espécie);
- controlar direitos e interesses das empresas públicas alemãs em territórios controlados por esta nação na Primeira Guerra;
- determinar montantes de recursos monetários que permaneceriam na Alemanha;
- determinar soma anual a ser paga pela Alemanha;
- cuidar para que a Alemanha reconstituísse as propriedades destruídas;
- receber, administrar e distribuir o dinheiro / títulos da dívida alemã para os credores; e
- informar se a Alemanha cumpria suas obrigações, se não forçá-la, usar os mesmos métodos para os demais devedores.

Os alemães estavam dispostos a pagar 5 milhões de libras e não 15 milhões (como almejavam os franceses) em indenizações, havia um grande interesse por parte da comissão de reparação e por parte da Alemanha em resolver essa questão, mas nem todos concordavam. Apesar das devidas negociações Keynes disse que a Europa não se recuperaria pois existiram apenas pagamentos de indenizações e não reformas econômicas e sociais eficientes o que deixou a margem da sociedade milhões de pessoas que não conseguiam sequer suprir suas necessidades básicas.

Como o tratado não resolveu os problemas causados pela Guerra, Keynes (1978) propõe algumas mudanças:

- revisar o tratado: pois o considera impraticável por causa do volume financeiro que a Alemanha teria que desembolsar e sugeriu que os votos da comissão deveriam ser mais distribuídos, ou seja, aumentar o número de países no processo decisivo;
- acordo das dívidas entre aliados: anular as dívidas adquiridas para a guerra, mas com isso os credores (em especial os E.U.A.) teriam que abrir mão de quantias consideráveis (em nome da paz), pois num futuro próximo a incapacidade de pagamento traria novos conflitos;
- empréstimos internacionais: mesmo fazendo acordos, a Europa continuava com sérios problemas: suas importações superavam as exportações (desequilíbrios no balanço de pagamentos), havia desordem na circulação monetária (inflação

elevada) e o câmbio estava desfavorável. Por esses motivos Keynes foi favorável a empréstimos externos, que se originariam em grande parte dos E.U.A., recaindo sobre este emprestador a supervisão e controle do montante de crédito; e

- relação da Europa Central com a Rússia: para Keynes a Rússia deveria ser vigiada e controlada pois esta poderia se aliar com a Alemanha e causar novos conflitos.

Pode-se verificar na seqüência deste trabalho que algumas das propostas de Keynes para reformular o tratado e algumas propostas do próprio tratado serão utilizadas e difundidas pelo F.M.I.

2.3 – Bretton Woods: surge uma nova organização mundial

O F.M.I. iniciou oficialmente em 27 de dezembro de 1945, mas foi criado em uma conferência realizada no período de 1 a 22 de julho de 1944 em Bretton Woods (New Hampshire – E.U.A.) e suas atividades financeiras foram iniciadas no dia 1 março de 1947. O objetivo da conferência foi, segundo Paulo Sandroni (1944, 68), “planejar a estabilidade da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial”. Um dos resultados deste encontro foi a criação do Fundo Monetário Internacional (F.M.I.).

O objetivo da criação desta organização conforme descreve Paulo Sandroni era (1994, 141-142), “promover a cooperação monetária no mundo capitalista, coordenar as paridades monetárias evitar desvalorizações concorrenciais e levantar fundo entre os diversos países membros, para auxiliar os que encontrem dificuldades nos pagamentos internacionais”.

Na conferência estiveram presentes, representantes de 44 países, mas as maiores influências na formação e na direção do F.M.I. vieram segundo Baer e Lichtensztejn (1987) do imperialismo Inglês representado por John Maynard Keynes (accessor do Ministro da Fazenda) e dos emergentes Estados Unidos da América representado por Harry D. White (técnico do departamento do tesouro nacional). Keynes tinha um plano mais ambicioso e mais caro (25 bilhões de dólares), seu objetivo era estabilizar os balanços de pagamentos das economias européias, evitando assim a recessão econômica. Já White tinha um plano mais conservador e mais barato (5 bilhões de dólares) e como objetivo queria firmar o poder financeiro Norte Americano e prestar assistência à

reconstrução européia. Bretton Woods teve como resultado a vitória de Harry D. White, ou melhor, dos Estados Unidos.

Keynes propõe na conferência o abandono do padrão-ouro, porque esse mecanismo excluía a participação de muitos países no comércio internacional e propõe a estabilização internacional das moedas para equilibrar as economias e evitar desigualdades por meio de concorrências. A influência de Keynes na formação do Fundo pode ser observada nas funções que a organização pretendia exercer, como: a estabilidade dos câmbios, os controles das taxas de juros, livre comércio e a expansão econômica dos países através de investimentos que restaurem as economias e seus respectivos balanços de pagamentos. Pode-se observar ao longo da história do Fundo que essas funções não resultam no que a organização prega, pois desde o início as políticas não se integraram.

Na verdade a grande questão em disputa era a definição e o controle do padrão monetário, então o ouro permaneceu como instrumento de reserva internacional, mas como era escasso, foi estabelecido que as moedas nacionais (oficiais) passariam a ter funções de meios de pagamentos no comércio internacional desde que pudessem ser convertidas em ouro e na época o único país que poderia de fato aplicar esta regra era o E.U.A., possuía grandes reservas de ouro, e tinha um forte e promissor comércio exterior. Segundo Baer e Lichtensztein (1987), o dólar passou a ser uma divisa chave e moeda de reserva obrigatória no sistema financeiro mundial, formando então o conhecido padrão monetário ouro-dólar (que é rompido no ano de 1971).

2.3.1 – Funções iniciais do F.M.I.

Quando o F.M.I. é formado suas funções, segundo Baer e Lichtensztein (1987, 37-38) são:

- “- promover a cooperação monetária internacional através de uma instituição permanente que proporcione um mecanismo de consulta e colaboração em matéria de problemas monetários;*
- facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional e com isso contribuir para promover e manter altos os níveis de ocupação e de rendimentos reais e para desenvolver os recursos produtivos de todos os países associados como objetivos primordiais de política econômica;*
- promover a estabilidade do câmbio, assegurar que as relações cambiais entre os seus membros sejam ordenadas e evitar as depreciações com fins de concorrência;*

- *ajudar a estabelecer um sistema multilateral de pagamento para as operações em conta corrente efetuadas entre os países e eliminar as restrições cambiais que dificultam o crescimento do comércio mundial;*
- *inspirar confiança aos países-membros ao colocar à sua disposição os recursos do Fundo em condições que os protejam, dando-lhes assim oportunidade de corrigir os desajustes de suas balanças de pagamentos sem recorrer a medidas que destruam a prosperidade nacional e internacional;*
- *de acordo com o item anterior, reduzir a duração e a intensidade do desequilíbrio das balanças de pagamentos nacionais”.*

Apesar dessas funções, os três pontos principais que o Fundo deveria assumir, eram segundo Baer e Lichtensztein (1987, 38), “ O estabelecimento de um padrão ouro-dólar, a aplicação de um código de políticas e mecanismos de ajustes das balanças de pagamento e a criação de um Fundo Financeiro de apoio a esses processos de ajustes”.

2.3.2 – Campos de atividades, políticas financeiras (modalidades), serviços, fontes de recursos e tomadas de decisões

Os campos de atividades do Fundo monetário são basicamente três segundo o F.M.I. (2000): supervisão, assistência financeira e assistência técnica. O primeiro é um processo onde o Fundo avalia as políticas cambiais dos países membros, é uma forma da organização supervisionar a situação econômica geral dos membros, bem como suas respectivas políticas econômicas. O Fundo executa esta atividade através de: consultas anuais bilaterais com cada país membro para verificar as perspectivas econômicas destes e compará-las com as mundiais; acordos de caráter precatórios, supervisão reforçada e supervisão de programas, estes últimos oferecem para o país membro um segmento direto por parte do Fundo quando não se utiliza os recursos da instituição. O segundo campo é a Assistência Financeira, inclui crédito e empréstimos disponibilizados pelo Fundo aos países membros com problemas no balanço de pagamentos condicionados a políticas de ajustes e reformas. O terceiro campo é a Assistência Técnica que é prestada por técnicos do F.M.I. aos países filiados em diversas áreas: nas políticas fiscais e monetárias (elaboração e colocação prática), desenvolvimento institucional das relações políticas do Fundo para com o país membro e trabalhando com outros organismos financeiros internacionais com o intuito de garantir esse último campo de assistência.

As modalidades para uso dos recursos do Fundo segundo publicações do F.M.I. (2000), são:

A – Parcelas de Reservas – O país membro tem uma posição de parcelas de reservas até o ponto em que sua cota supere o volume de sua moeda em poder do F.M.I., excluindo-se os créditos a ele já concedido. Quando for necessário sacar para cobrir o balanço de pagamentos pode ser feito a qualquer momento.

B – Parcela de Crédito – São linhas de financiamento ordinárias que são disponibilizadas aos membros em parcelas de 25% da cota. Saques superiores a esse percentual são escalonadas de acordo com o desempenho do país ajudado, ou seja, se ele demonstrar esforços na recuperação de seu balanço de pagamentos.

C – Assistência Emergencial – Traduz-se em saques que atendam necessidades do balanço de pagamentos em decorrência de catástrofes naturais repentinas e imprevisíveis e em situações caracterizadas como pós-conflito. Pode ser usada para compras, mas o país membro deve estar colaborando com o Fundo; e

D – Redução da Dívida e do Serviço da Dívida – É uma parte de um crédito para o país membro sob linhas de financiamento ordinária podendo ser reservada para financiar operações de redução do volume principal da dívida e do serviço da dívida. A quantia é determinada de acordo com cada caso e a disponibilidade depende do andamento do programa de ajuste.

Os tipos de serviços / acordos concedidos pela instituição se dividem em três agrupamentos: ordinários, concessionários e especiais. São as famosas linhas de financiamento.

Os serviços ordinários são:

A – Acordos “Stand-by” ou Direito de Giro – Disponibilizados para oferecer assistência de curto prazo ao balanço de pagamentos para déficits de natureza temporária ou cíclica, são acordos de 12 a 18 meses. Os saques são submetidos a um escalonamento trimestral, com sua liberalização condicionada ao cumprimento de metas de desempenho e à conclusão de revisões periódicas de programas. As recompras se dão num prazo de 3 anos a 5 anos, ou seja, só podem reutilizar esse serviço depois do prazo determinado acima; e

B – Serviço Ampliado do Fundo (S.A.F.) – Oferecidos pelo fundo para ajudar programas de médio prazo que geralmente demandam três anos, esse serviço destina-se à superação de dificuldades de balanço de pagamentos originadas por problemas macro econômicos e estruturais, como o anterior são estipuladas metas e só podem ser reutilizadas depois de quatro anos a dez anos.

Os serviços concessionários ou favorecidos são:

A – Serviço Reforçado de Ajuste Estrutural (S.R.A.E.) – Foi criado em 1987, ampliado e renovado em 1994. Tem por objetivo ajudar países-membros de baixa renda com problemas constantes no balanço de pagamentos, os saques do S.R.A.E. são empréstimos e não compras de moedas de outros países-membros. São liberados para respaldar programas de três anos e envolvem uma taxa anual de juros de 0,5% com período de carência de cinco anos e meio e um vencimento de dez anos. São avaliadas metas trimestrais e critérios de desempenho semestrais. Atualmente estão habilitados para fazer uso deste serviço oitenta países de baixa renda.

Os serviços de financiamentos especiais são:

B- Serviços para Transformação Sistemática (S.T.S.) – Em vigor de abril de 1993 a abril de 1995, este serviço foi criado para proporcionar assistência financeira às economias em transição que passassem por graves situações de continuidade em seus acordos comerciais e de pagamentos. A reutilização deste serviço seria num prazo de quatro a dez anos;

C - Serviços de Financiamento Compensatório e Contingencial (S.F.C.C.) – Oferece Assistência Financeira aos membros que passam por quedas temporárias de exportações ou financiamento compensatório para excessos de custos com importações de cereais, servem também para sanar dificuldades relacionadas a fatores externos imprevistos que podem afetar os acordos efetuados com o Fundo Monetário. A recompra pode ser feita num prazo compreendido entre três a cinco anos;

D - Serviço de Complementação de Reserva (S.C.R.) – Fornece assistência financeira para dificuldades excepcionais de balanço de pagamentos causadas por uma grande necessidade de financiamento a curto prazo decorrentes de uma perda de confiança do mercado (fuga de capitais). O pagamento ao fundo pode ser feito de um ano a um ano e meio podendo ser prorrogado (mediante autorização dos diretores do F.M.I.) para um prazo de dois a dois anos e meio; e

E - Linha de Crédito Contingente (L.C.C.) – Tem como objetivo evitar a propagação de uma crise, países nesta condição podem recorrer também ao S.C.R. Foi criado para países-membros preocupados com a vulnerabilidade de seu mercado em decorrência de um súbito contágio (uma onda de incertezas que se propaga entre países subdesenvolvidos). Será concedido financiamento de curto prazo, se necessário, para ajudar os países “contagiados” por essa perda de confiança nos mercados. As necessidades se dão por circunstâncias que estão fora do controle do país-membro e serão, em geral, resultado de perturbações

adversas nos mercados internacionais de capitais causadas pelo que ocorre em outros países. Os prazos de recompra são os mesmos da S.R.C.

Para que o F.M.I. possa liberar os recursos / financiamentos, são determinados critérios que são normas e compromissos políticos e econômicos assumidos pelo tomador de recursos, este último emite ao Fundo as famosas “cartas de intenção”, onde estão previamente determinados: o período de cumprimento dos objetivos, os valores que serão utilizados e as mudanças (políticas / econômicas) que serão executadas.

Em relação as fontes de recursos, as principais segundo Baer e Lichtensztein (1987) são:

- quotas dos países membros (nos primeiros 25 anos de existência do Fundo, 25% das quotas eram ouro e 75% em moedas dos países-membros);
- empréstimos governamentais de países centrais e exportadores de petróleo;
- empréstimos de instituições financeiras (privadas); e
- venda dos estoques de ouro (mais utilizada no início da vida da organização).

Atualmente o valor total das quotas do Fundo são: 212.000 milhões de D.E.G. (Direito Especial de Giro) o que representa um valor aproximado de 300.000 milhões de dólares, esse valor foi atingido por um aumento de quotas de 45% feito em 22 de janeiro de 1995. Um D.E.G. equivale a 1.344 dólar aproximadamente.

O Fundo Monetário tem atualmente 182 países-membros que escolhem e nomeiam representantes para os diversos cargos da organização. As principais decisões são determinadas por um conjunto de membros, que são:

- uma junta de governadores, onde cada país membros tem um governador (geralmente é o ministro da economia / finanças ou o presidente do Banco Central);
- por diretores executivos, os cinco países com maior número de quotas (Alemanha, EUA, França, Grã-Bretanha e Japão) possuem cada um o seu diretor executivo e existem mais dezesseis diretores que representam os demais membros, além deste elenco existe um diretor geral que tem mais poder que todos os demais (Horst Köhler). Os diretores se reúnem constantemente para resolver diversos assuntos da instituição;
- pelo staff técnico, ou seja, um corpo técnico dividido em quatro setores:
 - departamento por área/regional que elabora e acompanha a política básica do fundo;
 - departamentos funcionais e de serviços especiais, trabalha com a parte de pesquisa, câmbio e relações comerciais;
 - departamento de informação estatística; e

- departamento de serviço de apoio.

Além desse elenco existem dois comitês: interino e provisional, criados em 1975 com o objetivo de projetar e propor reformas no sistema monetário internacional, funcionam como uma assessoria. Outra importante fonte de decisões do Fundo são os grupos formados por instituições financeiras, como o G7 (Grupo dos sete países mais industrializados) e o G1 (Estados Unidos) que possuem grande poder monetário e conseqüentemente político. A organização tem 2.700 funcionários distribuídos em 110 países.

O poder de voto é bastante concentrado, os países com maior número de quotas são os mais poderosos. Para que não ocorram “injustiças” na distribuição das quotas, a cada cinco anos elas são revisadas (mas podem ser feitas revisões extras quando for constatado uma desatualização), desde o início do F.M.I. foram realizadas 11 revisões em: 1951, 1956, 1959, 1970, 1976, 1978, 1982, 1987, 1992 e 1997).

Os E.U.A. desde a composição do Fundo possuem grande número de quotas, sofreram oscilações, mas ainda são muitas. Independente disso, ele possui um poder excepcional de voto nas decisões, porque recebe apoio de muitos outros países. O controle dos Estados Unidos sobre esta instituição até hoje é muito grande, o cargo de diretor sempre foi ocupado por um Europeu (escolhido pelos membros – com aval dos E.U.A.) e a vice direção por um Americano. O último diretor foi nomeado em 1º. de maio de 2000. Senhor Horst Köhler, Polonês, mas cidadão Alemão. Antes dele o Fundo teve outros sete diretores: Furon Camille Gutt (Bélgica, 1946-51), Ivan Rooth (Suécia, 1951-56), Per Jacobsson (Suécia, 1956-63), Pierre-Paul Schweitzer (França, 1963-73), H. Johannes Witteveen (Países Baixos, 1973-78), Jacques de Larosiére (França, 1978-87) e Michel Condessus (1987-00) que saiu em 14 de fevereiro de 2000.

Apesar de ser uma forte e importante organização, o F.M.I. segundo muitos autores, deverá sofrer mudanças pois as finalidades para qual ele foi criado não se realizam com freqüência o que prejudica o desenvolvimento do país socorrido.

CAPÍTULO 3

EVOLUÇÃO DO FUNDO MONETÁRIO

Este capítulo tem por objetivo apontar as transformações que ocorreram no Fundo Monetário, desde sua atuação na América Latina nos anos 80 até o momento de crise nos anos 90.

3.1 – Comportamento teórico da instituição

Nos postulados que constituem o Fundo há uma perspectiva teórica: livre circulação de mercadorias e de capitais entre os países. Essa perspectiva ganha força na década de cinquenta, quando o F.M.I. ajuda países subdesenvolvidos através de programas de estabilização. Esses programas seguem uma posição monetarista, para o Fundo o problema do balanço de pagamentos e da inflação são decorrentes de um excesso de demanda que por sua vez é resultado de políticas cambiais, monetária-creditícia, fiscais e salariais indevidas, esse ponto de vista opõe-se ao pressuposto reformista da Cepal (comissão de estudos para a América Latina), que aponta como causa desses desequilíbrios (inflação e déficit no balanço de pagamentos), a estrutura produtiva carente com necessidade de reformas.

Até a década de oitenta, os diagnósticos e receitas do Fundo eram ortodoxos pois não mudaram desde a formação da organização e conseqüentemente se tornaram defasados. Para amenizar essa defasagem surgem elementos novos no modelo Fundomonetarista:

- O F.M.I. abandona o princípio das paridades fixas o que altera um dos postulados de Bretton Woods; e
- Introduce no enfoque monetário a necessidade de ajuste estrutural para adequar os países assistidos ao mercado internacional aberto.

Segundo Baer e Lichtensztein (1987, 71-72),

“A trajetória seguida pelo pensamento e estratégias do F.M.I. se dá em três momentos:

1 – os princípios mais gerais que se despreendem desde sua constituição orgânica em Bretton Woods e que impregnam todas as suas posições acerca da economia internacional e desequilíbrios externos dos países;
2 – quando defendem que a estabilidade se dá vencendo a inflação, o déficit no balanço de pagamentos e através de soluções de problemas de âmbito nacional e quantitativos de políticas econômicas de curto prazo;
3 – Por fim, a adaptação a partir dos anos setenta de seu modelo convencional de estabilização, onde há uma visão internacional, qualitativa e de longo prazo nas políticas de ajustes”.

A abordagem monetária é usada pelo F.M.I. na política econômica de países com problemas no balanço de pagamentos. Essa abordagem surgiu na década de 50, mas foi popularizada somente uma década depois. A essência deste enfoque é derivada de algumas identidades básicas da contabilidade nacional:

1 – O dispêndio agregado dos moradores de um país pode ser visto na equação abaixo:

$$DA = C + I + G$$

Onde:

DA = dispêndio agregado (demanda)

C = consumo

I = investimentos

G = gastos do governo

2 – Parte da demanda agregada é usada em consumo de produtos internos e o restante em bens e serviços importados:

$$DN = DA - M = C + I + G - M$$

Onde:

DN = demanda nacional

M = importações

3 – Porém, como ocorrem importações, acontecem exportações de bens e serviços o que representam dispêndios de não-residentes no país. A soma dos dispêndios em produto nacional dos residentes com os dos não residentes resulta no P.N.B.:

$$PNB = DN + X - C + I + G + (X - M) - DA + (X - M)$$

Onde:

X = exportações

PNB = produto nacional bruto

4 – A soma do dispêndio agregado com as exportações líquidas de bens e serviços (saldo em conta corrente do balanço de pagamentos) define o produto nacional bruto.

$$\text{PNB} - \text{DA} = \text{X} - \text{M}$$

De acordo com essa última fórmula pode-se concluir que a ocorrência de déficit na conta de transação corrente do balanço de pagamentos surge com a existência de excesso de demanda agregada em relação ao produto nacional bruto. Esse déficit pode ser financiado através de investimentos estrangeiros no país, pela elevação da dívida externa ou da redução das reservas internacionais, mas somente quando ocorre redução permanente das reservas internacionais é que surge os problemas no balanço de pagamentos (caso típico de países em desenvolvimento, como o Brasil).

5 – Um país que financia seu déficit em conta corrente no balanço de pagamentos através das reservas internacionais, tem esta característica:

$$\text{X} - \text{M} = \Delta \text{RI}$$

Onde:

ΔRI = variação das reservas internacionais

6 – Juntando-se a fórmula 3 com a 5 chegam-se:

$$\Delta \text{RI} = (\text{S} - \text{I}) + (\text{T} - \text{G})$$

Onde:

I = investimentos

S = poupança privada

T = receita do governo

G = gastos do governo

Então, ao reduzirem-se as reservas internacionais constata-se que o setor privado investiu mais do que poupou, ou o governo gastou mais do que arrecadou, ou ainda ambos os casos.

Segundo Ferreira da Silva e Horta (1984, 27):

“... A redução das reservas internacionais, corresponde idêntica redução, apenas que em moeda nacional, da base monetária: as operações com divisas geram operações em moedas nacional entre o Banco Central e os residentes no país. Essa contração da base monetária (conjunto das moedas em circulação no país mais depósitos à vista) eleva as taxas de juros, desestimulando investimentos e consumo privado, logo, reduzindo o dispêndio agregado, até reequilibrar o balanço de pagamentos.”

Assim, sempre que surgisse um déficit de balanço de pagamentos, devido a qualquer choque externo (elevação dos preços do petróleo ou das taxas internacionais de juros, por exemplo) ou interno (uma má safra agrícola que reduzisse as exportações ou exigisse maiores importações, por exemplo), desencadear-se-ia um mecanismo de ajuste automático que, via do dispêndio agregado, reestabeleceria o equilíbrio do balanço de pagamento.

Se esse ajuste automático não ocorreu e o desequilíbrio externo deixou de ser apenas um fenômeno temporário, adquirindo características de desajuste permanente, significa que o governo compensou a redução da base monetária gerada pela queda das reservas internacionais com elevação do crédito doméstico, fazendo com que a base monetária retornasse aos seus níveis iniciais”.

Qualquer programa de estabilização orientado pelo F.M.I. é recessivo ao enfatizar a redução do dispêndio agregado como a medida chave para o ajuste.

Segundo o F.M.I., quatro frentes devem ser atacadas para que uma economia possa ser estabilizada no curto prazo:

- **Esfera cambial** – o câmbio não deve ser sobrevalorizado para não ocorrer especulação financeira (variam as divisas) e para não aumentar demasiadamente as importações (o que limita o crescimento das exportações). O Fundo propunha a unificação do sistema de câmbios e eliminação de barreiras que afetam o sistema multilateral de pagamentos.
- **Esfera monetária - creditícia** – o estado deve ampliar o crédito para corrigir os seus desequilíbrios e a política creditícia estimula um grande endividamento privado (inflação decorrente de excesso de demanda) utilizando taxas de juros diferentes. Para o F.M.I. deve haver tetos ou níveis máximos para a expansão do crédito, especialmente para o setor público.
- **Esfera fiscal** – o fundo questiona o crescimento inadequado dos gastos públicos e das receitas públicas, essa desproporção faz aumentar o crédito e a massa monetária. Segundo ele, os fatores que mais afetam o livre funcionamento dos mercados de bens e serviços públicos são os que atrapalham o orçamento fiscal. Por isso, o Fundo recomenda um déficit fiscal que não ultrapasse 2% a 3% do PIB.
- **Esfera salarial** – para o F.M.I. o aumento desajustado dos salários provoca aumento desordenado da demanda. Para não ocorrer esse desajuste deveria-se tomar como base a meta futura da inflação (nível de preços) e não os índices precedentes ou então defasar os salários conforme uma indexação plena relativa à evolução dos preços.

Em suma, para o Fundo o equilíbrio no balanço de pagamentos e a inflação controlada são vitais para assegurar uma base firme do crescimento econômico o que

estimula o comércio e os investimentos e, conseqüentemente, dinamiza a economia internacional. Para isso, as políticas econômicas não devem e não podem impedir o livre funcionamento dos mercados (beneficiando obviamente as potências).

Além do tradicional esquema de estabilização descrito anteriormente, há mais duas renovações, a partir dos anos setenta: o enfoque monetário do balanço de pagamentos e a necessidade de ajustes estruturais desde o ângulo da oferta.

O enfoque monetário atribui aos fenômenos monetários um papel determinante na evolução da balança de pagamentos, esta “renovação” pressupõe a existência de concorrência perfeita a nível internacional onde os mercados estariam integrados (bens e ativos financeiros) e nesse caso nenhum país pequeno teria influência sobre os preços de bens e sobre taxa de juros internacionais. Com isso o equilíbrio interno depende do balanço de pagamentos e o equilíbrio no longo prazo se estabeleceria entre o estoque monetário e a demanda de saldos monetários.

Esse enfoque defende que os fenômenos monetários e cambiais e a política econômica são manejados entre o tipo de câmbio (flexível ou flutuante) e a quantidade de dinheiro (variável a ser controlada). Nesta visão a economia deveria girar em torno das variáveis monetárias.

A segunda renovação foi mais aceita, propõe o equilíbrio externo no longo prazo, com as economias abertas, onde preços e taxas de juros internacionais/internas fossem equivalentes. Para isso, o ajuste teria uma taxa de câmbio fixo ou limitada. Assim um excesso de oferta monetária provocaria mudanças nas variáveis determinantes (importações, moeda externa, reservas monetárias etc.). Neste contexto as economias estariam abertas, mas colocariam ao sistema bancário privado restrições para não impedir a multiplicação do crédito e conseqüentemente incentivar investimentos, o que significa abertura do sistema bancário privado. Numa situação destas a economia passaria a ter as seguintes características, segundo Baer e Lichtensztein (1987, 85):

- “- O controle inflacionário passa a girar em torno do tipo de câmbio sobrevalorizado e sobre os movimentos de capitais com o exterior.*
- O equilíbrio da balança de pagamentos, qualquer que seja o déficit da conta corrente, passa a depender da capacidade de financiamento externo.*
- A taxa de juros positiva constitui um instrumento ativo de atração do crédito internacional e de restrição do crédito interno”.*

Em suma, estas idéias fundamentaram a internacionalização dos sistemas financeiros e que nos dias de hoje podem ser vistas através das aquisições e fusões de bancos nacionais por grandes corporações financeiras.

Quanto ao ajuste estrutural, o Fundo sugere corrigir a distorção que ocorre na alocação de recursos (oferta) e no destino da produção (demanda), as mudanças a médio prazo para reduzir a inflação e problemas da balança de pagamentos não tem a mesma conotação do pensamento reformista da Cepal. Conforme descrevem Baer e Lichtensztein (1987:88),

“O F.M.I. não aceita, por conseguinte, a necessidade de políticas comerciais e financeiras que combatam as desigualdades entre países centrais e periféricos. Menos ainda participe da idéia de alentar mudanças na produção e na demanda, por exemplo, através de reformas agrárias, fiscais ou redistributivas, controle de preços e mecanismos protencionistas. Enfim, repele a necessidade de uma participação ativa e seletiva dos estados nacionais na planificação, na política e na acumulação econômica”.

Mudanças estruturais para o Fundo são conseqüências da recuperação de preços internos, do equilíbrio das relações internacionais e da alocação ótima de recursos. A luta do F.M.I. foi e está sendo contra a inflação e o déficit da balança de pagamentos (doa a quem doer).

Com essa visão ortodoxa o F.M.I. atravessou muitas décadas, mas como é amplamente criticado ele buscou afirmar (tentar convencer os críticos) sua concepção teórica e os resultados positivos auferidos num encontro realizado entre funcionários e membros de diversos países que ficou conhecido como o “Conselho de Washington”.

3.2 – O F.M.I. na América Latina nos anos 80

O papel do Fundo Monetário neste período foi o de proporcionar financiamento oficial para apoiar programas de estabilidade, com o objetivo de equilibrar o balanço de pagamentos. De 1954 até 1980, os países da América Latina e Caribe (filiados ao F.M.I.), assinaram 232 acordos Stand-by e de financiamento ampliado, resultando num volume de 7 bilhões de D.E.S. (Direitos Especiais à Saque).

A partir de 1982 as atividades do Fundo mudaram na América Latina (em termos quantitativos e qualitativos), em decorrência da ruptura do mercado financeiro

internacional (1982). O Fundo passa a “orquestrar” a renegociação das dívidas externas dos países da região junto aos bancos credores.

Nos anos 80, os programas propostos pelo Fundo (sua atividade principal), recuperaram o balanço de pagamentos, mas foram revisados e interrompidos pela ausência do cumprimento das metas, característica comum em muitos lugares do mundo onde o Fundo atuou.

Segundo Bacha e Mendoza (1986, 31-33),

“A experiência da América Latina com os programas do Fundo demonstra que pode haver muito pouca relação entre o comportamento do balanço de pagamentos e os critérios de desempenho interno fixados pelo Fundo. Isto fica óbvio no caso dos maiores devedores, como Brasil e México. O acordo de três anos assinado pelo Brasil foi suspenso duas vezes porque o país não pode cumprir as metas fiscais e monetárias do programa, embora os objetivos referentes ao balanço de pagamento tivessem sido mais do que alcançados. Por sua vez, o México cumpriu com exatidão as metas estabelecidas para a política fiscal no acordo assinado com o F.M.I. em 1983; não obstante, registrou um superávit na conta corrente do balanço de pagamentos de US\$ 5 bilhões, ao invés do déficit de US\$ 4 bilhões que tinha sido previsto. Estes dois casos tendem a confirmar, ao contrário do que afirmam os funcionários do Fundo, que seus programas parecem falhar seguidamente em uma única direção: a fixação de critérios de desempenho interno mais rigoroso do que o necessário para satisfazer as metas de balanço de pagamentos dos programas”.

Segundo esses mesmos autores os países da América Latina devem promover uma mudança nos critérios de condicionalidade do Fundo e utilizar os acordos para corrigir os desajustes financeiros internos e externos para recuperar a economia da região.

A condicionalidade do Fundo sempre esteve ligada à concessão de empréstimos, o que favoreceu as contas de capitais e não as contas correntes dos países devedores.

Conforme Bacha e Mendoza (1986, 57-58),

“Este papel do Fundo adquiriu extraordinária importância durante a primeira fase da crise da dívida latino-americana. Contrariando sua experiência anterior, o Fundo passou a envolver-se nas negociações entre os países devedores e os bancos comerciais credores. O FMI transformou-se em orquestrador financeiro ao impor suas condições não só sobre os devedores, mas também sobre os credores, e ao vincular a concessão de seus próprios recursos à concessão de novos empréstimos e à reestruturação das dívidas já contraídas por parte dos bancos. Esta

coordenação de empréstimos colocou o Fundo em contato muito maior com os intermediários financeiros privados do que em épocas anteriores. Dado o papel tão crucial que o Fundo passou a desempenhar nas reestruturações da dívida externa, a instituição adquiriu muito mais poder na região do que no passado. Esse poder, porém, teve seu preço. Em primeiro lugar, como o demonstra a experiência do Fundo com o Brasil a partir de 1983, o FMI passou a enfrentar um novo dilema cada vez que um grande devedor não tinha condições de cumprir o exigido. Caso suspendesse os empréstimos, poderia precipitar uma crise de confiança. Por outro lado, se não o fazia ou se mostrava muito disposto a aceitar um relaxamento das exigências, poderia trazer descrédito ao seu selo de aprovação.

Em segundo lugar – e este é um aspecto da maior importância do ponto de vista dos países devedores –, o Fundo passou a correr o risco de adaptar suas próprias exigências às da comunidade de bancos privados. Estes problemas têm-se agravado na Segunda fase da crise da dívida. À medida que os empréstimos do Fundo vão diminuindo, o problema da dívida continua e os banqueiros privados continuam relutantes em conceder empréstimos voluntários à América Latina. Nesta fase, a condicionalidade tradicional do FMI já não tem aplicação, uma vez que os recursos da instituição não estão em jogo. Decorre daí uma situação na qual a aprovação dada pelo FMI às políticas de seus países membros é utilizada para garantir os empréstimos concedidos pelos bancos privados, e não os recursos próprios do Fundo”.

Bacha e Mendonza (1986, 59-61), explicam as consequências dos choques externos na América Latina e o que deveria ser feito para reestruturar a economia da região.

“A magnitude dos choques externos e a rapidez com que a América Latina foi forçada a adaptar-se aos mesmos constituem a origem das dificuldades atualmente enfrentadas pelos mercados financeiros internos. Os orçamentos públicos foram gravemente onerados pelo serviço da dívida em decorrência do aumento das taxas de juros, das desvalorizações e da nacionalização de grande parte da dívida privada. Em consequência do fechamento repentino dos mercados internacionais de capital, os pequenos mercados financeiros internos viram-se subitamente inundados por instrumentos creditícios do Estado, o que frequentemente levou a um aumento das taxas de juros reais internas. A solução tradicional deste problema é a geração de excedentes, nas operações do setor governamental, suficientemente grandes para permitir o cumprimento do serviço da dívida, tanto interna quanto externa. Essencialmente, é isto o que se procura fazer através dos programas de estabilização patrocinados pelo Fundo na América Latina. Tal esforço, porém, deve ser complementado pela concessão de novos créditos bancários, não necessariamente para financiar os déficits orçamentários, mas para aliviar parte da dívida interna. A substituição da dívida interna pela dívida externa reduziria o peso atualmente exercido pelo serviço da dívida sobre os orçamentos governamentais, já que as taxas de juros internacionais estão atualmente muito abaixo das taxas de juros vigentes na maioria dos países latino-americanos. A dívida externa é, tipicamente, múltiplo da dívida interna, e por isto um aumento relativamente pequeno

da primeira daria lugar a uma redução relativamente grande da Segunda – e isso permitiria aumentar os investimentos privados e reduzir as taxas de juros.

Essa proposta baseia-se na percepção de que os países latino-americanos não têm um problema de balanço de pagamentos, e sim estão cuidando de adaptar suas economias ao brusco processo de ajustamento a que foram submetidos em decorrência da ruptura dos mercados financeiros internacionais. Isto desmente em parte a convicção equivocada, que prevalece nos países industrializados, de que metade do processo de ajustamento (o ajustamento externo) já foi realizada, e de que agora é o momento de iniciar a outra metade (o processo de ajustamento interno). Na verdade, os atuais desajustes internos resultaram em grande parte da precipitação com que foi necessário enfrentar os reajustamentos externos. Estes últimos devem ser corrigidos de modo que permitam aos governos latino-americanos ordenar suas finanças sem prejudicar o crescimento de suas economias.

Um esforço relativamente pequeno no sentido de corrigir o ambiente externo ajudaria muito a equilibrar as contas governamentais e reestabelecer a ordem nos mercados financeiros internos, mesmo quando não há necessidade de novos empréstimos bancários para fechar as contas do balanço de pagamentos. Portanto, a variável a ser utilizada para determinar se um país tem ou não necessidade de incluir novos créditos bancários em seus acordos de reestruturação a longo prazo não deveria ser tão-somente o balanço de pagamentos, mas também a diferença entre as taxas de juros internas e as taxas internacionais. Quanto maior for esta diferença, maior será a necessidade de recorrer a empréstimos bancários. Obviamente, parte-se do princípio de que não se pode tratar de eliminar essas diferenças através da aplicação de políticas monetárias menos restritivas, dado o risco de inflação que estas acarretam”.

Os mesmos autores (Bacha e Mendonza, 1986), apresentam propostas e recomendações de políticas que poderiam tornar mais efetiva a atuação do F.M.I. na América Latina:

- Criar um duplo sistema de condicionalidade. O primeiro para as variáveis denominadas em dólares ou relacionadas ao balanço de pagamentos e o segundo para as variáveis expressas em moeda local, como déficit orçamentário e crédito interno.
- Fixar critérios quantitativos de desempenho para ambos os tipos de variáveis, concedendo isenção para o segundo tipo de variável quando as variáveis fixadas em dólares fossem cumpridas, desde que, esse cumprimento não ocorresse através de condições externas favoráveis, mas sim por ajustamento.
- Reativar o programa de Financiamento Ampliado do Fundo, para aumentar a margem de tempo para os planos de estabilidade.

- Ampliar o programa de Financiamento Compensatório (e não limita-lo como foi feito em 1983), para aumentar exportações, importações e pagamento de juros.
- Flexibilizar prazos para o pagamentos de devedores ao Fundo, analisando a situação de cada país.
- As cartas de intenções deveriam ser elaboradas pelos países considerado suas particularidades e não de acordo com os padrões recomendados pelo Fundo.
- Os critérios de desempenho deveriam ser fixados sobre uma faixa de valores, e não por metas únicas.
- As condicionalidades deveriam ser fixadas de acordo com a taxa de inflação interna e não apenas reduzi-la, pois este efeito pode prejudicar negativamente a balança comercial.

3.3 – O Consenso de Washington

Em novembro de 1989 reuniram-se na capital dos E.U.A. funcionários do Governo Norte-Americano, do F.M.I., Banco Mundial, do BID e economistas da América Latina, todos eles especializados em assuntos latino americanos, o encontro teve como objetivo a afirmação do Neo liberalismo na América Latina. Foram feitas avaliações das reformas econômicas executadas nestes países, não se pretendia formular novas políticas mas sim registrar com aprovação as políticas já recomendadas.

No consenso confirmou-se a mensagem liberal que vinha sendo passada (tinha origem na Administração Reagan E.U.A.), para as parcelas das elites políticas, empresariais e intelectuais da América Latina como sinônimo de modernidade.

Cabe lembrar que a disputa ideológica até então existente era travada pelo capitalismo de Reagan e pelo comunismo de Stalin (famosa Guerra Fria), o que não possibilitava a discussão de outra modalidade de economia de mercado (eficiente) como a do Japão. Com o colapso do comunismo na Europa Central e a desintegração da União Soviética, somados à adesão do socialismo espanhol e francês ao discurso liberal, há uma grande facilidade da disseminação das propostas saudadas pelo consenso de Washington, além da campanha de desmoralização do modelo de desenvolvimento, inspirado pela Cepal, que se havia montado na América Latina sobre a base de capitais privados com uma participação ativa do estado como regulador e empresário.

Nessas condições, a América Latina aceita a proposta e passa a depender escancaradamente dos E.U.A. Com a adesão passou-se a admitir a falência do Estado que passa a ser visto como incapacitado para formular políticas monetárias e fiscais. Num cenário de crise, todos os países passam a fazer qualquer sacrifício para estabilizar suas economias, até perder a própria identidade (substituir sua moeda, como a Argentina). Esse breve “pano de fundo” é importante para se ter idéia de como a América Latina se submete ao sistema liberal capitalista.

No consenso de Washington foi aceita a idéia de que democracia e economia de mercado se completam, mas isso revela que o político se submete ao econômico. A modernização na América Latina deve se dar através de reformas econômicas. As de ordem política, de aprofundamento e consolidação da democracia na região não seriam indesejáveis, mas certamente não constituíam pré-condição para obtenção de cooperação internacional do modelo liberal de modernização. Segundo o consenso, a democracia não seria um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico e social e sim um subproduto do liberalismo econômico (fazer de conta que ela realmente existe).

O consenso foi realizado pois foram feitas muitas críticas as propostas liberais dos organismos envolvidos (FMI, BID, Banco Mundial e governo americano), mas ao invés de reformular políticas procurou-se ressaltar apenas aspectos positivos das propostas aplicadas, não tratando tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição de renda e eliminação da pobreza que são aspectos negativos e muito comuns na região. Segundo a proposta liberal as reformas sociais, tal qual as respectivas políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica, desde quando a liberalização econômica tem caráter coletivista, é cada um por si, empresário derrubando empresário, fusões e aquisições.

Não existe preocupação com o aspecto social, a não ser que lhes tragam uma maior fatia de mercado, o único interesse é o lucro. Os valores econômicos são fundamentais na sociedade, aos quais se devem subordinar quaisquer outros, cultural ou religioso. Esse é um ponto de convergência entre o neoliberalismo americano e o economicismo de Marx.

Muitos teóricos não concordam com a atuação neoliberal, para esses como Francisco Weffort (que esteve no consenso), a área social que foi omitida no encontro, seria o único espaço remanescente para formulação de políticas na América Latina, tudo mais estaria ocupado pela onda neoliberal. Não se pode ignorar o aumento da miséria na América Latina liberalizada e para não perder o controle de reformas na região os

organismos (já citados) começam a incorporar novos elementos de natureza política e social aos elementos de natureza econômica. O Banco Mundial iniciou um trabalho em 1990 com o tema da miséria no terceiro mundo e sugere que a redução se daria pela concessão de ajuda vinculada a compromissos nacionais de medida para combater a pobreza. Já o BID, criou uma “task force”, onde o estado não seria o ator principal e sim os municípios e as ONG’s (organismos não governamentais) estrangeiras no combate as deficiências sociais.

A avaliação feita no consenso se deu nas áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual. São áreas que cobrem elementos básicos da proposta neoliberal, mas não são suficientes para uma avaliação real. Segundo participantes do encontro faltou: a tese da vinculação das moedas nacionais latino-americanas ao dólar (usada para reduzir a inflação e garantir a estabilidade monetária). E a tese do apoio a esquemas regionais ou subregionais de integração econômica (liberalização unilateral de países com compromissos internacionais, ex.: Mercosul e Nafta). A primeira tese mostra a vulnerabilidade e o risco dos países, caso não consigam manter a vinculação das moedas, como aconteceu com a Argentina (entrou em crise) e a segunda não é o do interesse dos organismos participantes do consenso, pois o apoio a tal evento fortalece os países latino-americanos e não é este o objetivo. As propostas feitas nas áreas citadas se destinaram a dois fenômenos: a drástica redução do estado com distorção do conceito de nação, o máximo de abertura a importação de bens e serviços e nenhum empecilho à entrada e saída de capitais de risco. Tudo pela soberania do mercado auto-regulável nas relações econômicas internas e externas.

A soberania do livre-mercado é apresentada no consenso como sinônimo de modernização (o discurso de sempre), mas não pode-se esquecer que nada mais é do que uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial onde existem empresas de pequeno porte e fornecedores de produtos basicamente industrial, esse modelo é proposto por Adam Smith e modificado por David Ricardo a dois séculos atrás. Foi algo que a Inglaterra, pioneira da revolução industrial, pregou para uso nas demais nações, mas que ela mesma não seguia à risco.

No consenso pregou-se uma economia de mercado que o próprio E.U.A. tampouco praticam, além de ignorar versões mais sofisticadas de capitalismo desenvolvido na Europa Continental e no Japão.

O modelo de livre mercado que querem tornar soberano (da ortodoxia de “Laissez-Faire”), onde o estado só mantém a lei e a ordem, poderia ser válido no mundo de Smith e Ricardo em mercados atomizados de pequenas e médias empresas gerenciadas por seus proprietários, onde a mão-de-obra era apenas vista como mercadoria, remunerada de acordo com as forças de oferta e demanda. Mas é um modelo superado que não tem muita similaridade com os modelos modernos de livre empresa oligopolistas e até monopolistas, que são praticados de formas diferentes hoje em dia (principalmente no primeiro mundo).

No primeiro mundo o estado regula, planeja e é empresário, como fez nos anos 30 para vencer a depressão, o estado praticou a intervenção econômica. Os países “liberalizados”, como E.U.A. de Reagan e a Inglaterra de Thatcher, elevaram consideravelmente suas despesas públicas ao longo dos anos. Nos E.U.A. passaram de 10% no início do século para 37% nos anos 80. Um número bem elevado para um país que “segue” princípios liberais com redução do estado.

O consenso de Washington foi a mostra da contradição das práticas adotadas nos E.U.A. e nos países desenvolvidos. Mostra a inadequação das políticas praticadas, pois tratam todos os países da mesma forma (não considerando tamanho, estágio de desenvolvimento e os problemas de cada país). O diagnóstico e a terapêutica são as mesmas para qualquer parte da América Latina, o neoliberalismo que é praticado está limitado a estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal (não considerando: miséria, desemprego e tensão social).

O consenso realizado no final dos anos 80 teve como objetivo reafirmar a viabilidade das práticas liberais na América Latina, mas como foi muito criticado não conseguiu acalmar a oposição (que não se calou), o que mostra que esse encontro marca o início de crises que resultarão em futuras mudanças nestes organismos, para que eles possam realmente efetuar suas funções.

3.4 – Crises do Fundo Monetário

O F.M.I., como foi dito anteriormente, também atravessa um período de crise, tornou-se necessário alterar seu conjunto de políticas, especialmente nos países subdesenvolvidos que possuem características e problemas típicos específicos que não são favorecidos com a aplicação de tais políticas, mas sim ampliados.

Uma questão que deve ser abordada antes da crise no Fundo é o problema atual da economia política, pois ao meu ver, quando se opta pela ajuda de um organismo como o F.M.I., a questão política é anulada pela questão econômica o que agrava as questões sociais típicas de países subdesenvolvidos.

A economia está ligada a política, cada problema econômico tem sua dimensão política e cada problema político tem sua dimensão econômica, mas nenhum deles deve imperar. Os programas econômicos devem buscar soluções para problemas econômicos e políticos.

A economia política vincula a liberdade humana (reprodução material) e a liberdade do consumidor (para consumir deve trabalhar), mas se for bem aplicada e balanceada ela tornará esses vínculos mais socializados.

Atualmente, o grande problema da economia política são os centros imperialistas, pois estes definem o que os países devem fazer, considerando basicamente aspectos econômicos e anulando o político, resultando naqueles agravamentos de problemas típicos (já mencionados), de países dependentes e subdesenvolvidos.

Como nos diz Stiglitz (2000, 2), “Hoje em dia a política econômica talvez constitua a parte mais importante da interação dos E.U.A. com o resto do mundo. Entretanto, a cultura da política econômica internacional na mais poderosa democracia do mundo não é democrática”.

Como foi mencionado, uma das questões que podem ser revistas pelo Fundo Monetário é a da Economia Política, pois se for considerada essa ótica, talvez os resultados das políticas sejam mais aceitos. Mas, as reformas não param por aí. Em março deste ano, teve início o debate sobre as reformas das grandes instituições financeiras, como o Banco Mundial (Bird), o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) e os bancos de desenvolvimentos. Foi levantada essa questão depois que a casa branca e o congresso dos Estados Unidos resolveram abrir a discussão, em decorrência de críticas feitas em todo o mundo sobre a ineficiência dos resultados destes organismos.

A discussão sobre as reformas que devem ser feitas começa com um trabalho chamado de “Relatório Meltzer”, o nome escolhido se deu em função da primeira assinatura do relatório ser do professor Allan Meltzer. Esse mesmo professor faz afirmações duras e radicais sobre o Fundo, dizendo que é incompetente e que gasta muito, não respeita a soberania dos países e que as políticas propostas, muitas vezes deram erradas. Meltzer quando se refere ao fundo diz que (2000, 1), “seu sistema de gerência de

crises é muito custoso, suas respostas muito vagarosas, seus conselhos são freqüentemente incorretos e seus esforços para obter influência política e prática são intrometidos”.

Nesse cenário de mudança, no mês de março de 2000, foi trocado o diretor-gerente do F.M.I., foi escolhido o alemão Horst Köhler no dia 23 de março. As reformas não param, segundo o relatório Meltzer muitas mudanças devem ocorrer. Como nos mostra a publicação da Gazeta Mercantil (B-11, 2000),

“Quando se debruça sobre o Banco Mundial, o relatório usa a situação mais gritante, a dos povos miseráveis da África, para dizer que, conforme documentos do próprio banco, admite-se um ‘fracasso’ da ordem de 73%. Apenas um em quatro programas, sublinha-se, ‘termina em resultados satisfatórios.

Fruto de meses de trabalho, pesquisas e debates, onde foram ouvidas opiniões acadêmicas, mas também se consultou gente com a mão na massa, o relatório faz uma discussão teórica em função de uma questão política concreta. Em 1998, quando os Estados Unidos foram chamados a desembolsar a quantia de US\$ 18 bilhões para reforçar o caixa do FMI, o Congresso americano, a quem cabe autorizar esse tipo de despesa, constituiu uma comissão destinada a apresentar uma explicação rápida, clara e direta sobre o papel desses organismos financeiros internacionais. Apesar do tom acadêmico, da discussão de alto nível, com dados, tabelas e um punhado de anedotas, indispensáveis como técnica para amenizar a leitura, o papelório tem uma função política evidente – fornecer dados e argumentos para uma discussão difícil, obrigatoriamente profunda e quase sempre enfadonha.

Recém saído do forno, o relatório sequer foi digerido pelas partes interessadas. Levará muitos meses alimentando discussões até que se saiba seu destino. Em função da origem republicana, maioria no Congresso, é certo que será mexido e reformado pelos democratas antes de se tornar lei. É pouco provável que um debate dessa envergadura vá parar no lixo, sem produzir resultados práticos, porém. A Casa Branca tem dado sinais contínuos e crescentes de que também é favorável à cirurgia. Os EUA não têm poder de mando nessas instituições, mas tem poder de veto.

As mudanças em debate são gigantescas. Para o Bird, a idéia do relatório é concentrar atenção e recursos nos países muito pobres do planeta, situados naquela fatia da humanidade que sobrevive com menos de US\$ 2,5 mil de renda per capita – contabilidade que exclui não apenas Brasil e Argentina, mas também a Polônia, o México, a China, a Índia e a Indonésia. A proposta para o FMI é de natureza parecida. Sua atuação deve limitar-se à coleta de empréstimos de curto prazo para socorrer países em dificuldade. Nos dois casos, são viradas de porte. No Bird, os países de renda acima de US\$ 2,5 mil que recebem a parte do leão – uma proporção que fica em 75% na América Latina e chega a 90% na Ásia. Conforme o documento, o Banco deveria ter o prazo de cinco anos para realizar uma mudança completa. A partir daí, estaria concentrado ‘entre 80% e 90% nos países mais pobres’. Quanto aos outros países diz o estudo, quando tivesse necessidade de financiamento deveriam fazer como todo mundo – pedir emprestado à banca privada. A mudança chega ao nome e a geografia. O banco passaria a se chamar Agência Mundial

de Desenvolvimento e pouco a pouco deveria abandonar atividades na América Latina e na Ásia, para concentrar-se na África.

Gerente de economias em crise, patrocinador de privatizações e ajustes estruturais, na América Latina e também na Europa do Leste, o FMI passaria a tratar países devedores com dureza. A medida mais drástica é uma multa especial para maus pagadores – o FMI até emprestaria dinheiro, mas a juros acima do mercado. Mesmo assim, haveriam novas condições para se receber assistência. A primeira exigência integra a cartilha de reivindicações dos grandes bancos internacionais toda vez que encaram os países mais pobres – cobra-se a abertura do mercado interno como ponto de partida para qualquer pedido de ajuda. Não é só. A contabilidade deve ser ainda mais aberta e transparente do que hoje. O FMI fica autorizado a controlar seus empréstimos para que o dinheiro não seja utilizado para ‘sustentar orçamentos irresponsáveis’ e tem direito de submeter bancos comerciais privados a um controle estreito, destinado a mantê-los sob padrão internacional de liquidez – como recurso preventivo contra novas crises. Casos como o do Brasil e da Europa do Leste, onde o FMI tornou-se uma espécie de fiador da recuperação econômica e também patrocina reformas estruturais, destinando auxílio pesado às privatizações, não devem mais se repetir – embora o relatório abra uma brecha para situações em que a estabilidade do conjunto da economia mundial for colocada em risco.

O debate americano concentra-se nesse ponto – mas para entender o que se passa, ali, é preciso encarar a troca de idéias e o conflito de opiniões como luta interna natural entre aristocratas de um mesmo império. Ao longo dos trabalhos da comissão Meltzer, formou-se uma minoria que concorda com a linha do trabalho – mas discute a extensão da cirurgia e o volume da hemorragia. Esse grupo publicou um documento dissidente e seus argumentos reapareceram nos últimos dias, em torno do Secretário do Tesouro, Lawrence Summers. Como deixou claro num artigo publicado pelo Financial Times, onde antecipa a orientação geral do governo americano no debate, Summers reconhece que a linha geral de promover mudanças está correta. A dificuldade, explica, é que se países como Brasil, Bulgária e Tailândia acabarem totalmente excluídos dos cofres do Banco Mundial, ‘nossa capacidade de influenciar essas economias poderá ser perdida’. Summers também classifica as cláusulas para se obter auxílio do FMI tão duras que apenas uma pequena elite será capaz de cumpri-las”.

As mudanças que pretendem fazer, não estão vinculadas a melhores programas, e sim ao abandono dos programas. Cada país deve se virar sozinho e se precisar de ajuda deverá busca-la em bancos privados.

Um dos autores do texto do relatório é Michael Bordo, pesquisador do tema, segundo ele (B-11, 2000), “está na hora de o F.M.I. parar de se ocupar com tarefas que nada tem a ver com sua função original”. Para ele o Fundo deve parar de organizar grandes pacotes financeiros e o cofre do banco mundial deve ser direcionado para países mais pobres. O relatório apresenta cortes nos investimentos do Banco Mundial e nos empréstimos do F.M.I., o que eles pretendem é parar de levar calotes no pagamento dos

empréstimos e parar de investir numa região que não dá o retorno desejado. Talvez não esteja sendo lucrativo o dispêndio financeiro na América Latina.

Segundo a publicação da Gazeta Mercantil (B-11, 2000),

“Embora o relatório Meltzer faça ironias, lembrando que na entrada do banco mundial está escrita a frase ‘Nosso sonho é viver num mundo sem pobreza’ é puro exercício retórico julgar o desempenho dessas instituições financeiras por esse critério. Ninguém pode imaginar, a sério, que o FMI, o Banco Mundial e seus afilhados foram criados, meio século atrás, para encarar tais finalidades. O banco nasceu na alvorada do mundo criado no fim da Segunda Guerra mundial, mas desde seus primeiros encontros tornou-se um instrumento da política externa Americana. Combatia-se a pobreza, sim, mas porque se pretendia combater o perigo que vinha de Moscou – essa era a prioridade. Brasil e Argentina, Coréia e Indonésia tornaram-se clientes preferenciais depois que o governo americano concluiu, com doses maiores ou menores de lucidez, que esses países corriam o risco de mudar de lado e abrigar-se na chamada Cortina de Ferro. Sem auxílio bom e barato a Coréia do Sul teria sido anexada pelos vizinhos de cima, tão fortes e poderosos, há 40 anos, que invadiram o país empurrando seus adversários para a beira-mar, aonde foram resgatados pelos aliados americanos”.

No contexto deste debate, existem aqueles que defendem a atuação do F.M.I., Dornbusch e aqueles que a recriminam, como Stiglitz.

Joseph Stiglitz foi o economista-chefe do Bird, e para ele as políticas do F.M.I. aprofundam as crises, como os casos da Ásia e da Rússia. Pois as receitas econômicas do Fundo pioram as coisas, transformando desaquecimento em recessão, e recessão em depressão.

Segundo Stiglitz (2-7, 2000),

“A crise econômica global começou no dia 2 de julho de 1997, na Tailândia. Os países do Leste Asiático emergiam de três décadas milagrosas: a renda crescera, as condições de saúde eram muito melhores, a pobreza caíra drasticamente. A alfabetização não era apenas universal – em competições internacionais de matemática e ciências, muitos daqueles países batiam os Estados Unidos. Alguns não haviam experimentado um único ano de recessão em 30 anos.

Mas as sementes da catástrofe já haviam sido plantadas. No início dos anos 90, os países do Leste Asiático haviam liberalizado seus mercados financeiros e de capital – não porque precisassem atrair mais recursos (as taxas de poupança já estavam em 30% ou mais), mas por causa da pressão internacional, incluindo alguma pressão originária do Departamento do Tesouro norte-americano. Essas mudanças provocaram um fluxo de capital de curto prazo – isto é, o capital que busca o maior retorno possível no dia seguinte, na semana seguinte ou no mês seguinte, diferentemente do investimento de longo prazo que vai para fábricas, por exemplo. Na Tailândia, esse capital de curto prazo

funcionou como combustível para um insustentável boom no setor imobiliário. E, como as pessoas em todo o mundo (incluindo os Estados Unidos) descobriram dolorosamente, toda bolha criada no mercado imobiliário acaba estourando, freqüentemente com conseqüências desastrosas. O capital que apareceu subitamente vai embora com a mesma velocidade. E, quando todo mundo fugir com o dinheiro ao mesmo tempo, temos um problema econômico. Um grande problema econômico.

A última rodada de crises financeiras havia ocorrido na América Latina, nos anos 80, quando o inchaço dos déficits públicos e as políticas monetárias frouxas produziram inflação incontrolável. Ali, o FMI corretamente impôs austeridade fiscal (equilíbrio orçamentário) e políticas monetárias mais rígidas, exigindo que os governos perseguissem tais políticas como pré-condição para receber ajuda.

Assim, em 1997 o FMI decidiu impor as mesmas exigências à Tailândia. A austeridade, diziam os chefes do Fundo, seria capaz de restaurar a confiança na economia tailandesa. Quando a crise atingiu outras nações do Leste Asiático – e quando já havia evidências de que aquela política fracassara –, o FMI, sem piscar, obrigou todas as nações doentes que batiam à sua porta a ingerir o mesmo remédio.

Acho que foi um erro. Em primeiro lugar, diversamente do que acontecia nos países latino-americanos, os países do Leste Asiático já estavam administrando superávits orçamentários. Na Tailândia, o governo tinha um superávit de tal ordem que estava, na realidade, matando a economia de fome ao negar-lhe investimentos necessários em educação e infraestrutura, ambos essenciais ao crescimento econômico. E as nações do Leste Asiático já tinham políticas monetárias rígidas: a inflação era baixa e estava em queda (na Coreia do Sul, por exemplo, a inflação limitava-se a respeitáveis 4%). O problema não estava nos governos imprudentes, como os da América Latina, o problema era um setor privado imprudente – todos aqueles banqueiros e tomadores de empréstimos, por exemplo, que especulavam com a “bolha” do mercado imobiliário.

Sob tais circunstâncias, eu temia que as medidas de austeridade não seriam capazes de reanimar as economias do Leste Asiático – antes, fariam-nas mergulhar em recessão ou mesmo em depressão. Altas taxas de juros poderiam devastar empresas altamente endividadas do Leste Asiático, produzindo quebradeira e inadimplência. A redução dos gastos dos governos só faria a economia encolher ainda mais”.

Stiglitz diz que tentou intervir nesta situação, mas não conseguiu resultados, segundo ele (2-7, 2000),

“O FMI gosta de resolver seus negócios sem a intromissão de estranhos que fazem muitas perguntas. Em tese, o fundo apóia as instituições democráticas dos países que auxilia. Na prática, ele enfraquece o processo democrático com sua imposição de políticas. Oficialmente, é claro, o FMI não ‘impõe’ nada. Ele ‘negocia’ as condições necessárias para conceder ajuda. Mas, nessas negociações, todo o poder está concentrado em um lado só – o lado do FMI – e o Fundo raramente dá tempo suficiente para a construção de um consenso ou mesmo para uma consulta ampla envolvendo os parlamentos ou a sociedade civil. Muitas

vezes, o FMI dispensa completamente a fantasia da transparência e negocia pactos secretos.

Quando o FMI decide ajudar um país, despacha para lá uma 'missão' de economistas. Esses economistas em geral sabem pouco sobre o país em questão, muito provavelmente, sua experiência direta será restrita aos hotéis de cinco estrelas e não se estenderá às cidades. Eles trabalham duro, desfiando números e números até tarde da noite. Mas a tarefa deles é impossível. Em poucos dias ou, no máximo, semanas, precisam desenvolver um programa coerente e sensível às necessidades daquele país. Desnecessário dizer que um pouquinho de econometria raramente fornece uma perspectiva clara do desenvolvimento estratégico de uma nação inteira. Pior ainda, o exercício econométrico nem sempre é muito bem feito. Os modelos matemáticos empregados pelo FMI são freqüentemente falhos ou desatualizados”.

Para ele o problema do Fundo são os “velhos senhores” e não os economistas-técnicos que apenas seguem as normas.

No que diz respeito a crise asiática, ele mostra que o Fundo alardeava que tudo o que pedia a Ásia era para que equilibrassem o orçamento em período de recessão.

Enquanto isso, nos E.U.A. Clinton brigava com o Congresso por uma emenda para afrouxar o controle do orçamento americano (contradição). O Fundo dizia, segundo Stiglitz, que a Ásia tinha que suportar a pressão, como fez o México que emergiu da crise, mas ele considera a comparação indevida, pois o México não se recuperou porque o Fundo o forçou a revigorar seu fraco sistema financeiro (que assim continua anos após a crise), mas por causa de um grande aumento de exportações direcionadas aos E.U.A. decorrente do “boom” da economia Americana e do Nafta. Enquanto isso, a Indonésia tinha como parceiro comercial o Japão (que enfrentava um período recessivo) e também enfrentava problemas sociais e políticos maiores que os do México, mas como sempre, para o Fundo isso não faz diferença. Em 1998 a Ásia apresenta quadros recessivos, a produção em alguns países caiu 16% ou até mais, muitas empresas faliram, o desemprego aumentou e os salários reais caíram. Conforme descreve Stiglitz (2-8, 2000), “O F.M.I. não estava restaurando a confiança econômica no leste Asiático como estava, na verdade, solapando o tecido social da região. E depois, no segundo e no terceiro trimestre de 1998, a crise se espalha para além do leste asiático e atingiu o mais explosivo de todos os países: a Rússia”. A crise na Rússia teve semelhanças com a do leste da Ásia, uma delas é a interferência do Fundo e do tesouro Norte-Americano, que iniciou após a queda do muro de Berlim. A Rússia recebeu choques demais e remédios de menos, as privatizações rápidas permitiram o controle de ativos estatais por um pequeno grupo de oligarcas, reajustaram os incentivos econômicos, mas não prestaram atenção na infra-estrutura institucional (que poderia

expandir a economia de mercado) e pioraram o quadro ao liberar o fluxo de capitais para dentro e fora do país. Tudo isso aprofundou o quadro de miséria na Rússia, a produção no país caiu pela metade, antes da intervenção 2% da população vivia na pobreza, após quase 50%. Hoje, não é muito diferente, os padrões de vida ainda são inferiores comparados com o início da transição, a desigualdade de renda é elevada e a maioria dos russos não confia no mercado livre.

A Ásia está melhor mas, 40% dos empréstimos da Tailândia não foram pagos e a Indonésia está num quadro de recessão. O Fundo agravou a recessão nos países citados, tornando-as mais profundas, prolongadas e difíceis.

Para Stiglitz, o F.M.I. e o Tesouro Nacional devem começar a dar ouvido as críticas e iniciarem um diálogo, caso isso não ocorra, as coisas vão continuar a dar muito errado. Com este cenário descrito acima, existem pessoas que defendem e incentivam as políticas do Fundo, como não poderia deixar de ser, o senhor Rudiger Dornbusch, um dos defensores e gestores da abordagem monetária adotada pelo Fundo Monetário.

Para Dornbusch (2-4, 2000), "... As políticas do Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) funcionam; a noção de incompetência e de soluções inadequadas apontadas por Joseph Stiglitz em seu artigo é completamente frívola e, evidentemente, egoísta".

Em defesa as políticas adotadas, ele diz,

"... nos últimos cem anos, a regra vem funcionando sem erro: a estabilização começa com as taxas de câmbio e as finanças públicas. Os investidores recuperam a confiança e reconduzem seu dinheiro aos países onde vêem política fiscal conservadora e taxa de juros elevada. Basta fazê-los por alguns meses e tudo volta aos trilhos. Era essa a política da liga das nações nos anos 20, com grande sucesso, e desde sempre vem sendo a política do F.M.I. Continua a funcionar".

Em relação aos países da Ásia citados por Stiglitz, ele diz que estão melhorando, onde o Fundo orientou a economia a recuperação foi mais rápida, quando um país recorrer ao Fundo devem ser recomendadas políticas drásticas e não políticas alternativas como sugere Stiglitz e para ele a Ásia vai bem, a lição que o Fundo deve tirar do episódio é que na próxima vez deve aplicar a mesma receita e desfrutar do mesmo sucesso no resultado.

Uma conclusão que pode-se tirar destas duas diferentes abordagens, é que a primeira de Stiglitz parece mais preocupada com as questões sociais, que em última instância é o objetivo da intervenção do Fundo Monetário (pelo menos teoricamente), e a

segunda de Dornbusch está mais preocupada com os resultados econômicos, independente dos custos sociais que atingirão. Quem é egoísta afinal? As reformas no Fundo vão favorecer a quem?

CAPÍTULO 4

O BRASIL E O F.M.I.

Este capítulo tem como objetivo apontar os períodos de intervenção do Fundo Monetário na economia brasileira, descrever a última intervenção que deu-se em 1998 verificando a existência de custos sociais e finalmente apontar políticas alternativas que estão sendo propostas por outras correntes que podem resultar em menores custos sociais.

4.1 – Breve histórico econômico do Brasil

No século XVIII desenvolvimento foi definido por Adam Smith como sinônimo de acúmulo de riquezas de uma nação. Atualmente a moderna visão de desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico através de condições sustentáveis onde há combinação dos fatores de produção, como o capital físico, o humano, a capacidade de adaptação, de desenvolvimento das inovações tecnológicas e de manutenção do meio ambiente. Tudo isso dentro de um ambiente institucional favorável. Um país atinge o desenvolvimento descrito acima, e conhecido como auto sustentável, quando consegue manter taxas frequentes de crescimento por longos períodos de tempo. Casos típicos dos países do primeiro mundo. Seria interessante definir as políticas do F.M.I. direcionando-as para esta visão de desenvolvimento que considera outros aspectos além do econômico.

Os dados sobre a formação econômica do Brasil são interessantes, eles mostram que no século XIX, o país apresentava uma renda per capita quase superior a 30% à dos Estados Unidos. Ao longo daquele século cada um deles se deparou com problemas de guerras e ambos tiveram crescentes fluxos emigratórios e expansão de fronteiras territoriais. No entanto, no final do século XIX, os Estados Unidos atingem uma renda per capita superior a 50% da brasileira. Em seguida, com o boom do comércio mundial nas primeiras décadas do século XX, os E.U.A. tornam-se nos anos 40 a maior nação do mundo, mesmo com todos os problemas enfrentados (depressão econômica). Hoje, o produto interno bruto (PIB) brasileiro representa aproximadamente 9% do PIB dos Estados Unidos.

Segundo Garcia Junior (1999, 19-20),

“A comparação revela a dificuldade de um país, mesmo quando dotado de condições materiais, recursos e fatores de produção, em obter e manter trajetórias de crescimento sustentáveis, a despeito de a evidência empírica nos revelar que a cada novo ciclo de crescimento da economia mundial surgem oportunidades objetivas e concretas para que um país alcance taxas de crescimento expressivas e trajetórias de desenvolvimento sustentáveis.

A única exigência é que, no momento em que a oportunidade surja, o candidato tenha os requisitos mínimos para aproveitar a onda de transformações proporcionada pelas mudanças estruturais causadas pelo processo de descontinuidade dos avanços na produção.

E os dados sobre os impactos causados nos níveis de produção de um país, quando há combinações de fatores internos e externos, nos revelam a força das mudanças tecnológicas. A Inglaterra, levou 58 anos (1780-1838) para, no bojo da Revolução Industrial, dobrar seu PIB per capita; os Estados Unidos só precisaram de 46 anos (1840-1886); o Japão, de 34 anos (1885-1919); o Brasil do milagre, de 14 anos (1964-1978); a Coreia do Sul, de 11 anos (1966-1977); a China, de 10 anos (1977-1987); e Cingapura, de oito anos (1988-1996).

A grande dificuldade encontrada pelos novos candidatos ao desenvolvimento está em conseguir, em sua economia, manter as condições necessárias para a permanência do ciclo de crescimento. Alguns países podem obter grandes saltos no desenvolvimento econômico, mas se, simultaneamente ao crescimento, não for implementado um conjunto mínimo de reformas estruturais – de caráter institucional e educacional e de estímulo à formação da poupança interna e estabilização dos preços – a trajetória pode sofrer retrocessos e até deterioração no nível de renda alcançado”.

O Brasil obteve um crescimento econômico como mencionou Garcia Junior, mas como enfrentou muitos problemas, não conseguiu manter o ciclo de crescimento.

A partir dos anos 90 quando vigora o sistema democrático no país ocorre uma reestruturação do estado Brasileiro, é o início do Neoliberalismo no país, com isso o Governo começa a atuar sob outra ótica. Nas entrelinhas das políticas econômicas tem destaque o equilíbrio externo e o pagamento das dívidas negligenciadas pelos militares, pois (sob esta nova ótica) acreditavam que era a única saída para fazer a economia crescer, pagando as dívidas (negociando os prazos de pagamentos), poderiam captar mais recursos (para pagar as dívidas) e equilibrar as contas externas.

Chossudovsky (1999), define seis períodos, o que ele denomina de “atos” para a saga da negociação da dívida do Brasil com o FMI, que são:

O primeiro ato seria no Plano Collor, que no início dos anos 90 combinava uma política monetária intervencionista com a privatização tipo FMI, a liberalização do comércio e uma taxa de câmbio flutuante, existia um déficit no orçamento de US\$ 31

bilhões que deveria ser abolido e 360 mil funcionários públicos federais teriam que ser demitidos (só demitiram 14 mil), além dessas mudanças, seis ministérios foram eliminados. O plano Collor foi uma continuação do plano Verão de Sarney (1989). Dentro das políticas adotadas pelo governo a mais chocante (e destruidora) foi o congelamento das poupanças para reduzir a inflação, mas o que reduziu foi a atividade econômica, aumentou o desemprego, pequenas empresas fecharam o que colocou na rua 200 mil trabalhadores no ano 1990, e acarretou um movimento de greve no país em setembro do mesmo ano, causando grandes prejuízos para a economia do país.

A agenda “Collorida” era para cortar gastos públicos e salários com o intuito de pagar o serviço da dívida interna e externa. Mas o governo nacionalista (militar) de Sarney decretou uma “moratória parcial” que determinou o pagamento de 30% dos juros da dívida contrariando os bancos internacionais, neste contexto (mesmo com a aprovação do FMI) o crédito Stand-by de US\$ 2 bilhões aprovado em setembro de 1990 não é liberado. O governo tenta negociar a velha dívida com os bancos internacionais, mas não obtém sucesso – continua na lista negra – pois o dinheiro do Fundo Monetário para os empréstimos vinha justamente dos bancos que o Brasil deu um “calote”.

O segundo ato é o período de adaptação ao “Consenso de Washington”, sai a Ministra Zélia por apresentar um discurso ante padrões do Consenso de Washington (recrimina a comunidade financeira internacional e faz pregações nacionalistas) e entra uma equipe mais alinhada aos padrões do consenso, representada pelo novo ministro Marcílio Marques Moreira (ex embaixador dos EUA e amigo pessoal de Michel Camdessus (do FMI) e de David Mulford (subsecretário do tesouro dos EUA). O negociador da dívida do ministério de Zélia também é afastado – Jório Dauster – e no seu lugar entra Pedro Malan (consultor do BID e ex-diretor executivo do Banco Mundial).

Com esse novo quadro, em julho de 1991, o FMI manda uma nova “missão” a Brasília, com o discurso de reformas macroeconômicas para a liberalização de um novo empréstimo, isso implicaria em emendas na constituição de 1988, o congresso não gostou, acusou o Fundo Monetário de “intromissão nos assuntos do estado”, e Collor pede a troca do chefe da missão (Fajgenbaum), por um mais qualificado (conseguiu). Mas Fajgenbaum estava atuando de acordo com a prática habitual do Fundo, usando um “remédio econômico mais forte”. No final de 1991 (após muitas conversas entre amigos), Michel Camdessus, aprova o novo acordo, liberando US\$ 2 bilhões e comprometendo o governo Brasileiro por 20 meses com reformas econômicas mais “destrutivas”, o ajuste fiscal foi

brutal, 65% das despesas correntes estavam comprometidas com o pagamento da dívida e o Fundo exigia mais cortes nos gastos sociais.

O acordo só foi assinado porquê as autoridades brasileiras se comprometeram com a retomada das negociações com o Clube de Paris para pagar as dívidas com os credores internacionais. Para o novo ministro estava nascendo um novo país.

O terceiro ato é o período após o Impeachment de Collor, começa com a posse de Itamar Franco na presidência, que assume o Governo com propostas populistas – aumentar salários reais, reduzir preços das tarifas públicas e alterar o programa de privatização – esqueceu do acordo do país com o FMI que estava em vigor – o que contrariou as elites nacionais e os credores internacionais.

O FMI tornou-se mais rígido e enviou técnicos para monitorar o programa definido no acordo. As metas trimestrais para o déficit no orçamento não foram alcançadas (pois as emendas constitucionais não saíram), as reformas tributárias passaram pelo congresso, mas não foram validadas. O Fundo suspende as parcelas de crédito, o país volta para a lista negra e as reformas econômicas voltam para o ponto de partida. Outra tentativa de negociação com o Fundo foi feita em 1993, através do 2º Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, Paulo Haddad. Neste encontro Camdessus insistiu na criação de um novo programa econômico que deveria ser aprovado pelo FMI num prazo de 60 dias e além disso, o empréstimo seria liberado se ocorresse a negociação formal do pagamento das “velhas dívidas” com os bancos comerciais – reestruturá-las. Algumas semanas depois chegou ao Brasil uma missão do Fundo chefiada por “Fajgenbaum”, na ocasião o ministro já havia sido trocado e o 3º ministro era Eliseu Resende – a equipe econômica estava desorganizada – que deveria ir a Washington para encontrar Camdessus no final de abril, Eliseu foi demitido em maio.

O quarto ato é marcado pela entrada de um novo ministro, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Uma nova fase de negociação da dívida, tinha um discurso esquerdista, mas continuaria com os princípios neoliberais. Em julho de 1993, Itamar passa para F.H.C. poderes para conduzir as reformas econômicas, ele sabia que as reformas exigiriam a manipulação da sociedade e o apoio do legislativo. A opinião pública foi levada a acreditar na desindexação salarial como única saída para combater a inflação. Paralelamente o ministro anunciou cortes no orçamento de 50% na educação, na saúde e no desenvolvimento regional e que queria revisar a constituição no congresso. Sua proposta salarial (aprovada) era declinar (em termos reais) os salários em 31% e economizar US\$ 11 bilhões para os cofres do governo.

O quinto momento (ato) é o reescalonamento da dívida comercial, a saga chega ao fim em abril de 1994, quando Fernando Henrique e Willian Rhodes (vice presidente do Citbank Corp e representante dos 750 bancos credores) assinam o acordo para a “reestruturação” da dívida comercial de US\$ 49 bilhões. F.H.C. conseguiu a proeza pois estabeleceu prazos exatos para as emendas constitucionais. É atribuído ao Fundo Monetário (representante dos bancos comerciais), a parte de supervisão das reformas. Mesmo com muito empenho o Ministro não consegue efetivar todas as reformas dentro do prazo fixado por causa da lentidão do congresso, mas foram consideradas pelo FMI “bem encaminhadas”. Os recursos para pagar os credores foram liberados, o legislativo havia aprovado as reformas do FMI, que contemplava a criação de um Fundo Social de Emergência (F.S.E.) de acordo com o modelo do Banco Mundial. Com esse Fundo e com as reformas o orçamento do governo foi cortado reduzindo os investimentos públicos em 43% e as receitas do estado foram alocadas para o serviço da dívida. Tudo isso representou um golpe para os programas sociais e uma gradual extinção de parte da previdência social. Além disso, as reformas reduziram os salários reais – um teto salarial para o setor público – e vincularam os contratos salariais a uma nova unidade monetária (URV e Real). A reforma fiscal fez com que os governos dos estados e municípios não recebessem recursos para a educação, saúde e habitação. Cabendo aos mesmos autonomia para esses fins (usando receitas de tributos), o FMI ainda exigia as privatizações. Com todo esse “sucesso” Fernando Henrique só precisou de recursos (de bilhões de dólares) para divulgar suas conquistas, redução da inflação e a nova moeda, tornando-se presidente da República em 1994.

O último ato de Chossudovsky é a administração da pobreza a custo mínimo para os credores. A pobreza foi inevitável com todas essas reformas e a manipulação deste problema se daria através do Fundo Social de Emergência que teria um custo baixo pois com as privatizações o governo reduz os gastos e sobra dinheiro para os credores. O estado se retira dos setores sociais, as ONG’s e outras entidades que trabalhem para resolver os problemas sociais, o mais importante para o Governo é contentar o FMI e pagar as dívidas que continuam aumentando. Em 1970 a dívida começa a aumentar, chega a 5,5 bilhões de dólares. Em 1980 ela era de 64,2 bilhões de dólares, em 1990 pula para 123,3 bilhões, em 1996 para 180 bilhões e em 1998 passa para 243,2 bilhões.

De 1994 a 1998, período em que FHC atua na economia, o Brasil mandou para o exterior 192,5 bilhões de dólares, para pagar juros e parte da dívida. Mesmo assim ela aumentou. O país já pagou aos credores internacionais muito mais do que recebeu, e para

pagar ele deixa de aplicar dinheiro nos programas sociais (educação, saúde, habitação, reforma-agrária etc.).

As últimas três décadas, foram marcadas no Brasil por regime não-democrático (por algum tempo), por problemas de financiamento da dívida externa, por hiperinflação, e por programas de estímulo ao crescimento, chegando na democracia e por último em nome da estabilidade econômica retrocedendo.

Na década de 70 o Brasil apresenta uma taxa de crescimento do PIB (superior as duas subseqüentes), de 7,34%. Foi uma consequência do projeto de industrialização acelerado que visava substituir importações.

Nos anos 80 o Brasil mergulha num processo de auto destruição, perde o controle da inflação, sofre com o choque do petróleo e dos juros, seus investimentos estão em queda. É um período recessivo com deterioração do crédito externo, nesse período o Brasil cresce 1,94%. Tudo isso foi consequência da trajetória política e das escolhas econômicas feitas pelos governantes do país.

A década de 90 no Brasil pode ser dividida em dois momentos, antes e depois do plano real. Segundo Garcia Junior (1999), a economia brasileira apresentou entre 1990-1994 crescimento da inflação (inferior a média mundial), deterioração freqüente da credibilidade, interna e externa, onde o fluxo de investimento externo é desprezível e a taxa de investimentos externos como proporção do PIB é declinante, como consequência da fraca abertura comercial e dos mecanismos de financiamento do déficit (que foi o imposto inflacionário), as taxas de juros reais no período são quase nula, e além disso ocorrem uma sucessão de desrespeitos aos contratos e o confisco temporário de ativos financeiros (caso mais divulgado foi o confisco das poupanças pelo governo Collor, orientado pela Ministra da Fazenda Zélia Cardoso).

A tabela abaixo (do artigo de Garcia Junior), ilustra as informações descritas acima.

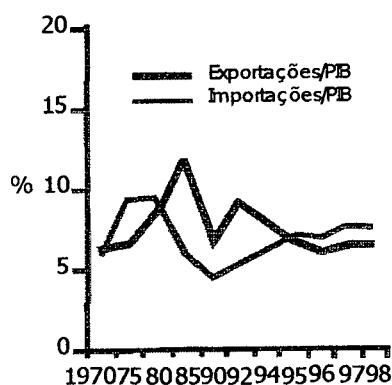
Tabela 1 – Brasil: Evolução de algumas variáveis macroeconômicas

Variáveis/anos	1988/89	1990/93	1994	1995/97	1998
Taxa de inflação ¹ – média mensal (%)	25,06	24,15	22,96	0,83	0,28
Taxa de juros ² – média mensal (%)	26,65	24,80	23,56	2,51	2,21
Déficit público operacional (% do PIB)	5,61	-0,17	-1,36	4,27	7,54
Taxa de desemprego aberto (% do PEA)	3,59	5,10	5,06	5,24	7,54
Taxa de câmbio real/dólar (1994=100)	-	-	100,00	91,66	92,50
Crescimento real do produto (% a.a.)	1,54	0,22	5,85	3,47	0,20
Renda (percentagem apropriada pelos 50% mais pobres)	11,80	12,75	10,40	11,55	11,50*
Balança comercial (saldo em US\$ bilhões)	17,65	12,47	10,47	-5,79	-8,37
Investimentos externos no período (em US\$ bilhões)	2.369	9.312	8.131	41.340	24.282
Poupança interna/PIB	26,40	19,18	21,23	16,08	15,52
Poupança externa/PIB	-0,82	0,52	0,92	3,52	4,37
Investimento bruto/PIB	25,59	18,66	20,32	19,68	19,52
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	2.600	0.100	-1.690	-25.390	-35.095

Fonte: *Conjuntura Econômica*, vários números; Relatórios do Banco Central de 1988 a 1998; Relatório do Desempenho do Real – 4 anos, Ministério da Fazenda, 1998; FIBGE.

¹Taxa de inflação: IGP-DI. ²Taxa de juros praticada no Selic. *Estimativa para 1998.

A partir do plano Real em julho de 1994, é iniciado um ciclo com a combinação de algumas políticas: reforma monetária com âncora cambial, política de desindexação e sobrevalorização do câmbio e uma inflação decrescente. Tudo isso resulta numa forte deterioração da balança comercial, onde as exportações brasileiras como proporção do PIB caem continuamente. Essa informação pode ser vista no gráfico abaixo (retirado do artigo de Garcia Junior).

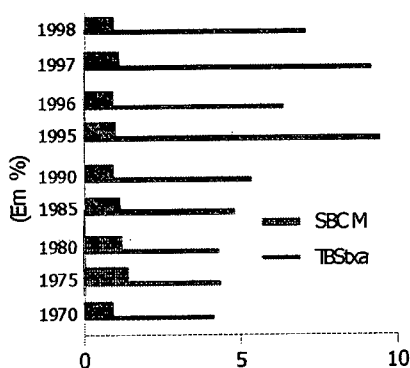
Gráfico 1 – Participação das exportações e importações do Brasil no PIB

Fonte: Relatório da OMC, 1998

No âmbito Fiscal, o orçamento público federal, mostrou déficits ascendentes, por causa das políticas contracionistas, o que foi uma resposta ao aumento da instabilidade na oferta de capital de curto prazo utilizado para financiar os crescentes saldos negativos da balança comercial e em transações correntes (começam as dificuldades para manter o plano Real), o que pode ser visto na tabela nº 1, nos campos balança comercial e saldo em transações correntes.

O Brasil perde participação no comércio internacional, suas exportações diminuem, basicamente porque de 1994 até 1998 o comércio internacional apresentou taxas médias anuais de crescimento na casa dos 9%, como mostra o gráfico abaixo (do artigo da Garcia Junior).

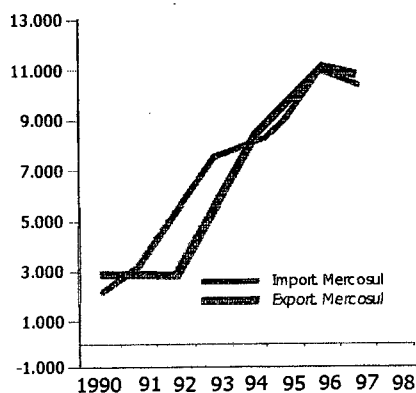
Gráfico 2 – Indicadores de comércio internacional



SBCM - Participação do Brasil no Comércio Internacional em volume
TBSba - Taxa anual de crescimento do comércio mundial

Fonte: Relatório da OMC, 1998

O comércio exterior brasileiro apresenta crescimento positivo por causa da crescente integração e do intercâmbio comercial com o mercosul (e também pelo quadro de crise dos nossos “irmãos” do mercosul). Como pode ser visto no Gráfico 3, onde as exportações melhoram a partir de 1996.

Gráfico 3 – Exportações e importações do Brasil para o Mercosul

Fonte: Relatório da OMC, 1998

O plano Real como estabilizador de preços continua sendo um sucesso, mas ao mesmo tempo é vulnerável, pois depende do comportamento de outras variáveis econômicas (juros, investimentos, câmbio etc.). Essa vulnerabilidade aumenta com as crises da Ásia e da Rússia, por que aumentou a perda da credibilidade na possibilidade de manter o sistema de bandas e, conseqüentemente na capacidade de financiar o déficit público e o déficit no balanço de pagamento. Os investidores ficaram apreensivos, o que resultou numa grande fuga de capitais, que colocou por terra o regime de bandas em 13 de janeiro de 1999 e a adoção do regime de taxa de câmbio flutuante, pois o governo não tinha mais reservas para manter a sobrevalorização do real. E para dar continuidade ao plano Real o governo teve que recorrer ao F.M.I., que em 1998 liberou US\$ 41 bilhões para o país (mas, com muitas exigências e recomendações. Querem resultados = cifras e não querem perder dinheiro), esse acordo será analisado numa seção específica.

4.2 – Acordos entre Brasil e o Fundo Monetário

A atuação do F.M.I. no Brasil, não é tão recente, como muitos imaginam. Ela teve início em 1958 e a última foi em 1998, de lá para cá foram firmados quatorze acordos, a maioria deles podem ser visualizados na tabela nº 2. Além destes acordos que aparecem na tabela, existe mais um, o último. Este último foi realizado no dia dois de dezembro de 1998, na modalidade “Stand-by”, que liberou para o país cerca de 41 bilhões de dólares,

sendo 18 bilhões do F.M.I., 4,5 bilhões do Bird (Banco Mundial), 4,5 bilhões do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e 14,5 bilhões de outros países e do BIS (Banco de Compensações Internacionais). Apesar do montante ser de diferentes fontes, recai ao F.M.I. a supervisão e a liberação do dinheiro.

Tabela 2 – Acordos do Brasil com o Fundo Monetário

Modalidade	Data do acordo	Data de expiração ou cancelamento	Quantia disponibilizada pelo FMI (DES milhões)	Quantia efetivamente sacada pelo Brasil	Quantia não sacada ou cancelada da data de expiração
Stand-by	3 de julho, 1958	2 de junho, 1959	37,50	37,50	-
Stand-by	18 de maio, 1961	17 de maio, 1962	160,00	60,00	100,00
Stand-by	13 de janeiro, 1965	12 de janeiro, 1966	125,00	75,00	50,00
Stand-by	1º. de fevereiro, 1966	31 de janeiro, 1967	125,00	-	125,00
Stand-by	13 de fevereiro, 1967	12 de fevereiro, 1968	30,00	-	30,00
Stand-by	29 de abril, 1968	28 de abril, 1969	87,50	75,00	12,50
Stand-by	29 de abril, 1969	4 de fevereiro, 1970	50,00	-	50,00
Stand-by	4 de fevereiro, 1970	3 de fevereiro, 1971	50,00	-	50,00
Stand-by	4 de fevereiro, 1971	3 de fevereiro, 1972	50,00	-	50,00
Stand-by	3 de março, 1972	2 de março, 1973	50,00	-	50,00
EFF	1º. de março, 1983	28 de fevereiro, 1986	4.239,38	2.743,13	1.496,25
Stand-by	23 de agosto, 1988	28 de fevereiro, 1990	1.096,00	365,30	730,70
Stand-by	29 de janeiro, 1992	31 de agosto, 1993	1.500,00	127,50	1.372,50

Fonte: Gazeta Mercantil, 9 de outubro de 1998. p.1

Na maioria das vezes que o Brasil buscou auxílio ao Fundo Monetário os acordos foram do tipo “stand-by”, que é uma modalidade na qual o país saca ou não o dinheiro, dependerá de suas necessidades e do cumprimento de suas obrigações para com o fundo e a outra modalidade é do tipo E.F.F. (extended fund facility), que é uma linha de crédito ampliada. Como mostra a tabela 2 essa modalidade foi concedida ao Brasil pela primeira vez em 1983 no Governo do Presidente João Figueiredo, e só foi possível pela insistência desse governo, através de sucessivas cartas de intenções e de possíveis “Waivers” que são dispensas do cumprimento das metas.

O último acordo (1998) que não consta na tabela, também é “stand-by”, mas a situação é bem diferente dos demais acordos. O caso atual não tende (escancaradamente) à inadimplência, pois o país já seguia metas (neoliberais), econômicas e políticas semelhantes as do F.M.I., o que conquistou a confiança do Fundo e enquadrou o Brasil nos parâmetros aceitos e recomendados pela organização. O país se comprometeu a fazer ajustes fiscais, adotar uma política monetária flexível, pagar a dívida interna e externa, não

restringir a saída de capitais entre outros compromissos. Só o tempo mostrará se isso acontecerá e também mostrará quais as conseqüências que recairão sobre a sociedade.

Nos treze acordos firmados (tabela 2) entre 1958 e 1992, o Brasil na maioria das ocasiões não utilizou a totalidade do crédito concedido e em seis delas, sequer mexeu no dinheiro. Nas sucessivas idas ao Fundo o Brasil quase sempre prometeu o que está prometendo agora e algumas vezes não quis aceitar as “recomendações”.

Quando o Brasil foi firmar o primeiro acordo em 3 de julho de 1958 (que não foi concluído), o presidente Juscelino Kubitschek levou a população para a rua para protestar contra as imposições do Fundo para liberar 37,5 milhões através de direitos especiais de saques, pois ele viu que essas exigências comprometeriam o plano de metas de seu governo, o famoso 50 anos em 5. O dinheiro serviu para investimentos, apesar dos protestos ele foi integralmente utilizado.

No acordo de 23 de agosto de 1988, várias metas foram prometidas para o déficit público e para as necessidades de financiamento do setor público, desde a redução do déficit no balanço de pagamentos até a criação de mecanismos para manter e ampliar as reservas cambiais, se não considerar o tamanho do déficit atual, o discurso é semelhante, a diferença é que na época a inflação era exorbitante e descontrolada o que aparentemente (de acordo com os índices existentes e agrupados) não existe.

Em seguida, foi a vez do governo Collor. Representado pela ministra Zélia Cardoso que discursaria no F.M.I. mostrando o processo inicial no país (a partir de 1990), de privatização, como um componente que ajudaria o país a fazer o ajuste fiscal. Na ocasião (em 1992), o Fundo emprestou 1,5 bilhões de dólares através de direitos especiais a saques, mas apenas 127,5 milhões entraram no país, faltou confiança no governo que acabou com a expulsão do presidente (impeachment), pelos próprios eleitores. Quando Collor sai, sua equipe econômica vai junto, então Eliseu Resende substituiu a ministra Zélia, em seguida a pasta foi passada para o ministro Fernando Henrique Cardoso (em 1993) que junto com o negociador da dívida Pedro Malan, tiveram dificuldades em fechar um novo acordo com o F.M.I., pois as últimas três equipes econômicas haviam fracassado. Só em 1994 Fernando Henrique consegue mudar o jogo (como ministro) fecha o inédito “Plano Brady” que estrutura a dívida externa (já que não conseguiu apoio do Fundo), neste contexto o país estava resgatando a confiança dos investidores e mostrava sua vontade de fazer ajustes. Em pouco tempo Fernando Henrique tornou-se Presidente da República e com ele tornou-se ministro da Fazenda Pedro Malan, que juntos retomaram a agenda

neoliberal através do plano Real, que por sua vez, recorreu ao Fundo em 1998 (como foi dito) para manter a agenda.

Todos os acordos (com exceção de 1983), foram “stand-by”, a forma mais comum de financiamento do F.M.I., neste último acordo seria melhor utilizar o E.F.F., o problema pela não utilização do E.F.F. são os prazos limitados entre 12 a 24 meses. Como o país vai precisar de muito dinheiro o E.F.F. seria mais indicado, pois libera mais dinheiro com um prazo maior.

4.3 – O Plano Real

Para um melhor entendimento da última entrada do F.M.I. no país é preciso conhecer a base do plano Real para identificarmos os motivos reais da intervenção.

O plano Real foi realizado seguindo os mesmos padrões dos programas de estabilização e ajustes feitos na América Latina a partir dos anos 80 com ideais neoliberais. Segundo Mercadante (1998), o plano Real pode ser caracterizado por quatro fases: A primeira foi a preparação do plano e o ajuste fiscal. Fernando Henrique foi nomeado em 1993 ministro da Fazenda, num momento de desgaste do presidente Itamar Franco (que substituiu Collor) e com marcas de fracasso das últimas três equipes econômicas. O objetivo do novo ministro era acabar com a inflação e para tal, iniciou um ajuste fiscal através do programa de ação imediata (P.A.I.). Esse programa buscou ajustar os gastos públicos financiados pelo imposto inflacionário, basicamente o orçamento, os cortes atingiram um valor na ordem de US\$ 3 bilhões, elaborou uma legislação para renegociar as dívidas dos estados com o Governo Federal; fez uma redefinição na contabilidade do Tesouro Nacional e no Banco Central e concluiu a renegociação da dívida externa. No período foi adotada uma política monetária de juros elevados o que possibilitou acumular reservas cambiais, que no início do plano Real eram de US\$ 40 bilhões. No final do ano de 1993 o governo apresentou um superávit de 0,25% do PIB, mas a inflação continuava crescendo e fechou o ano em 2490%.

Como o P.A.I. não resolve os problemas de ajuste fiscal, este último será substituído pelo Fundo Social de Emergência que foi criado através de uma emenda constitucional nº 1/94 para os anos financeiros de 1994 e 1995. Em 10 de março de 1996 uma emenda constitucional dá continuidade a este Fundo, mas com outro nome, Fundo de

Estabilização Fiscal. O objetivo deste Fundo era o saneamento financeiro da Fazenda pública Federal, aplicando recursos no sistema de saúde, educação, previdência e em programas significantes de interesse econômico e social. O Fundo desvinculou verbas constitucionais e deu maior liberdade orçamentária para o governo reduzir os problemas. E o aumento da arrecadação deu-se pela implantação do CPMF (contribuição provisória sobre movimentação financeira), que de provisória não teve nada, pois até hoje é cobrada.

A segunda fase se dá com a criação da URV (unidade real de valor) e com a criatividade na desindexação na economia. A URV foi uma reforma monetária provisória. Foi eficaz para preparar o programa de estabilização e foi também uma criação importante. A URV foi inspirada no trabalho de Pérsia Árida e André Lara Resende (de 1983), ela combateu a inflação sem precisar congelar os preços ou utilizar outros meios mais drásticos. Permitiu um novo indexador diário que resgatou uma das funções da moeda (esquecida pela inflação), a medida de valor, o valor da URV era determinado pelo Banco Central. No período final da indexação ocorrem remarcação de preços (os empresários queriam garantir as margens de lucro), mas não comprometeu esta fase do plano. A URV nivelou os preços, estabilizou a inflação e deu condições para a reforma monetária definitiva.

A terceira fase está relacionada com a âncora cambial e com as eleições presidenciais. A reforma monetária definitiva ocorre com a criação do Real (moeda), a conversão era de R\$ 1,00 para cada CR\$ 2.750,00 (em 30 de junho de 1994) com isso há uma sensação imediata de queda da inflação e barateamento dos produtos.

A estabilidade da moeda só foi possível pela âncora cambial que foi acompanhada pela sobrevalorização do real e pela abertura comercial, o que possibilitou o aumento das importações e inundou o mercado com novos produtos pressionando os preços dos produtos nacionais, pelo congelamento provisórios dos preços e tarifas públicas, e finalmente pela situação da agricultura, que apresentou uma excelente safra (descapitalizada) e conseqüentemente estabiliza o custo de vida.

Nessas fases de estabilização, todos os resultados foram positivos. O cenário era de eleições presidenciais e constantes mudanças (fim do imposto inflacionário, aumento do salário mínimo, redução inflação etc.), FHC foi eleito no primeiro turno.

A quarta fase é caracterizada pela crise do México e das bandas cambiais. O México vivia o grande momento do novo modelo liberal competitivo, mas a vulnerabilidade das contas externas do México forçaram uma desvalorização brusca da moeda que desestabilizou a economia e levou o país a uma profunda recessão que atingiu

7% do PIB. Os efeitos (“efeito tequila”) desta crise atingiram os países vizinhos, em especial a Argentina.

Neste cenário preocupante a equipe econômica brasileira teve de agir para não ser atingida, fez uma minidesvalorização (em março de 1995), de 5,6%, implantou um regime cambial de bandas deslizantes, a política monetária foi articulada com um sistema de compulsórios elevados e juros altos, o que desembocou numa crise de crédito e liquidez interna, restringindo a demanda agregada (levou a recessão, inadimplência e crise dos bancos). Enquanto isso, no campo, a “âncora verde” descapitalizou o setor, reduzindo 20% da renda agrícola e a área plantada. O resultado foi a demissão de trabalhadores rurais, agravando o conflito social em torno da reforma agrária.

Mesmo com a crise (que deteriorou os fundamentos macroeconômicos, as taxas de crescimento e elevou os custos sociais), a estabilização monetária foi mantida. Como a estratégia do plano era a âncora cambial acompanhada de uma sobrevalorização, chega num momento (1998 – crise da Ásia e da Rússia), que ocorre um grave desequilíbrio. Para manter o plano o governo precisa de reservas, para ter reservas precisa de altas taxas de juros (e transmitir confiança aos investidores), as altas taxas fragilizam as finanças públicas, e essas inconsistências fragilizam o país. Esse novo momento, pode ser definido como a quinta fase do plano Real, o plano está comprometido e precisa de uma injeção de recursos financeiros, a solução encontrada pela equipe econômica de FHC para dar continuidade ao programa é recorrer (e subordinar-se) ao F.M.I.. É nesse momento (2 dezembro de 1998) que o Fundo intervém na economia e passa a ditar (piorar) as regras do jogo.

4.4 – A última intervenção do Fundo - 1998

O último acordo entre o Brasil e o F.M.I. foi fechado no dia 02 de dezembro de 1998, mas dessa data até 05 de junho de 1999 foram feitas revisões do acordo (já previstas). O primeiro documento que fecha o acordo com o Fundo, remetido (na época) ao Senhor Michel Camdessus, descreve as políticas econômicas e os objetivos do governo brasileiro para os períodos de 1998-2001, e para tal, o governo solicitava ao Fundo uma quantia de US\$ 41 bilhões na forma de um acordo “stand-by” por um período de 36 meses.

Segundo publicação da Gazeta Mercantil (1998, 4-5),

“O governo acredita que as referidas políticas promoverão o crescimento de longo prazo, sustentável e equitativo, da produção e do emprego, em condições de baixa inflação e viabilidade externa, particularmente no contexto de volatilidade que predomina nos mercados financeiros internacionais. As medidas vão aprimorar a eficiência na economia em geral e no setor público em particular, além de contemplar as necessidades sociais prioritárias”.

O acordo foi dialogado entre as partes desde outubro de 1998, o F.M.I. apoiou o país no programa fiscal para o triênio que o ajudará a enfrentar um período de profunda incerteza nos mercados financeiros internacionais. Além disso, durante o período do acordo as autoridades brasileiras vão manter relações com o Fundo e revisar o acordo.

No primeiro documento enviado ao Fundo, ou seja, na primeira carta de intenção, é enviado um memorando de política econômica descrevendo os antecedentes que consolidam o plano e o programa econômico do governo.

A Gazeta Mercantil (1998), publicou o conteúdo do memorando, que pode ser resumido da forma descrita abaixo:

Os antecedentes:

- Descreve o lançamento do plano Real; do sucesso da redução da inflação que de uma taxa de 2500% em 1993 passa para 3% em setembro de 1998; do crescimento do PIB em 4,1% no período de 1994/97 e do crescimento do PIB per capita a uma taxa real anual de 2,7%; compara a situação dos anos 80 com os anos 90, que nesta última década foi permitida a baixa manutenção do desemprego até 1997 e uma melhora no padrão de vida principalmente dos mais pobres.
- Sobre as reformas estruturais realizadas que tem contribuído para a modernização da economia e o crescimento da produção. Elas contemplam a abertura da economia, desmonopolização e desregulamentação de setores chaves da economia e um fortalecimento do sistema bancário. Por esse motivo o investimento aumentou de 15,5% do PIB, em 1994, para 18,5% do PIB, em 1998, e o investimento estrangeiro direto (I.D.E.) de US\$ 2 bilhões para US\$ 23 bilhões no mesmo período.
- Em relação a estabilidade macroeconômica, a reforma estrutural e os esforços do governo para conter os gastos, modernizar o sistema fiscal e fortalecer a administração, o memorando demonstra preocupação, pois o setor público abrange muitas responsabilidades (administração federal, previdência social, Banco Central, estados e municípios, empresas estatais, estaduais e municipais), que foram suavizadas pela estabilidade de preços reduzindo os grandes problemas do setor público.

- Sobre a despoupança do setor público, mostra-se a necessidade de recursos de poupança externa para financiar o aumento do investimento doméstico o que levou a um aumento déficit na conta corrente do balanço de pagamentos de 0,5% do PIB em 1994 para mais de 4% do PIB em 1997, que foi coberto pelo I.D.E. em quase 50% do déficit em consequência a dívida externa aumentou para US\$ 228 bilhões (28% do PIB) até meados de 1998. Com a liberalização econômica aumentam as importações (inclusive de bens de capital e intermediário, melhorando a produtividade) o que deu origem ao déficit comercial.
- Com a crise epidêmica da Ásia e o agravamento do ambiente financeiro no final de 1997, o memorando aponta as pressões sobre o plano Real. A reação do Banco Central foi aumentar a taxa básica de empréstimo para 43,5%. O governo lançou um pacote de medidas para aumentar a receita e providenciou cortes no gasto de 2,5% do PIB, para restaurar a confiança e possibilitar um aumento das taxas de juros ao nível pré-crise. As altas de juros e as medidas fiscais levam a contenção da demanda doméstica, o que limitou o crescimento econômico em 1998. A inflação cai e com ela o nível de emprego (o desemprego passa de 6% para 7,5% em setembro de 1998, também por causa da modernização do processo produtivo).
- A conta capital foi pressionada por causa da crise na Rússia em 1998, através de uma série de medidas administrativas e fiscais para limitar o controle sobre as entradas de capitais, foi feita uma restrição na política fiscal através de cortes nos gastos do orçamento federal de 1,8% do PIB e foram aumentadas as taxas de empréstimos do Banco Central e a taxa de juros overnight, essas medidas seguraram por um tempo as reservas, mas depois elas caem de US\$ 70,2 bilhões em julho, para US\$ 45,8 bilhões em setembro e para US\$ 42,6 bilhões em outubro. O que refletiu a necessidade de reformas.

O programa econômico:

- O objetivo da política econômica para os próximos anos é crescer a renda per capita e melhorar os padrões de vida do povo brasileiro. Tudo dependerá da capacidade de aumentar a poupança nacional, financiar investimentos adicionais para aumentar a produtividade, competitividade e oportunidades de emprego.
- A perspectiva macroeconômica para 1999 vai depender do ambiente econômico internacional. As exportações crescerão moderadamente e as importações devem diminuir por causa da redução da demanda doméstica. De 1998 até 1999, o PIB deve

crescer, pois se espera uma recuperação da atividade econômica que deve chegar de 3% até 4% em 2000 e 2001. A política monetária, a fiscal e a manutenção do regime cambial devem manter a inflação por volta de 2% em 1999. É esperada uma queda do déficit da conta corrente de 4,2% do PIB, em 1998 para 3,5% do PIB, em 1999, e deve manter-se nesses percentuais nos anos seguintes.

- Para 1999, o governo promoverá um ajuste fiscal (para promover a confiança e reduzir moderadamente as taxas de juros), que deverá gerar um superávit de 2,6% do PIB em 1999, elevar-se para 2,8% do PIB em 2000 e para 3,0% em 2001. Isso deve deter o crescimento da dívida pública líquida por volta do ano 2000.
- Deve haver esforços conjuntos (todos os níveis de governo) para aplicar o ajuste fiscal, mas o grosso ficará para o âmbito federal, onde o superávit primário devem ser de 1,8% do PIB em 1999, 2,0% em 2000 e 2,3% em 2001. E por causa da redução das taxas de juros é esperado outro superávit no âmbito federal de 5,6% do PIB em 1998, e 3,6% do PIB em 1999.
- Para assegurar essa melhora, o governo federal adotará um conjunto de medidas para poupar gastos e elevar as receitas o que deve atingir 3,5% do PIB em 1999, através de reformas administrativas e da previdência social que foram recém-aprovadas. Para 1999, o mais importante será o orçamento, que incluirá cortes na conta de custeio e capital que representam 20% desses gastos e 1% do PIB, ao efetuar os cortes o governo tenta preservar os gastos com saúde, educação e proteção social.
- Para aumentar as receitas, o CPMF aumentará de 0,2% para 0,3% mais uma majoração temporária de 0,08% em 1999; aumentará o COFINS de 2 para 3%, ocorrerá uma elevação de 9% na contribuição para o plano de aposentadoria do setor público, no caso de servidores que ganhem mais de R\$ 1.200,00 por mês. Essas medidas são para o ajuste fiscal imediato. Em seguida o governo fará uma reforma no sistema de impostos indiretos.
- É esperado para os estados e municípios uma ajuda para o ajuste fiscal através de mudanças no resultado primário que passaria de um déficit de 0,4% do PIB em 1998 para um superávit de 0,4% do PIB em 1999 que deverá ser ampliado para 0,5% do PIB em 2000 e 2001. Para isso, o governo cobrará o compromisso assumido pelos estados no acordo de reestruturação de suas dívidas com o governo federal e cobrará as metas específicas assumidas para cada estado. Caso os estados não cumpram com o acordo, o governo federal está dotado de poderes para bloquear as receitas compartilhadas do

estado infrator e até bloquear suas próprias receitas. Como os estados aumentaram muito suas dívidas para com o governo (até meados dos anos 90) os fundos de empréstimos foram limitados, através da proibição de emissão de novos títulos estaduais e bloqueio de empréstimos para estados com déficit primário, o que tende a reduzir pelas privatizações de bancos estaduais que elimina as alternativas de financiamento dos déficits dos estados.

- Com a privatização de várias empresas lucrativas, haverá uma redução da contribuição que as mesmas fariam ao ajuste fiscal, o governo pretende compensar essa perda por meio de esforços para aumentar a produtividade, conter custos e priorizar investimentos. Em relação a Petrobrás o governo adotou uma política para assegurar uma transferência automática de alterações nos preços do petróleo internacional para os preços domésticos.
- O governo planeja mudar o gerenciamento de suas finanças, um ponto chave será a nova lei de Responsabilidade Fiscal. Esta lei vai estabelecer uma orientação para o planejamento orçamentário e sua execução. Para garantir a solvência fiscal haverá critérios de prudência para o endividamento público, regras para o controle dos gastos públicos, regras permanentes para limitar déficit orçamentários, proibirá novos refinanciamentos pelo governo federal da dívida estadual e municipal e incluirá mecanismos disciplinares caso as metas e procedimentos não sejam cumpridas.
- A emenda constitucional sobre a reforma da previdência social (recém-aprovada), é um grande passo que deve gerar, juntamente com o aumento do percentual do sistema de aposentadoria do setor público, economias nos próximos anos, não é suficiente, o que deverá ser complementado por um conjunto de iniciativas legislativas no início de 1999, tendo como princípio o equilíbrio atuarial. Onde contas serão estabelecidas para o sistema privado (RGPS) como para o sistema público (RPSP).
- O tamanho do RGPS será limitado por um teto de R\$ 1.200,00 mensais no salário base para a contribuição do funcionário. O empregador continuará a pagar a taxa do salário que exceda o valor do teto. Haverá reformas para melhorar as finanças dos planos de pensão do setor público, além do RPSP. Será criado um sistema regulador para assegurar o cumprimento da nova legislação,
- Para que as reformas administrativas realizadas por FHC (na sua primeira gestão) continuem bem sucedidas o governo mandou ao Congresso várias leis para garantir

que as referidas reformas comecem a produzir efeitos em 1999. O principal objetivo da reforma é aumentar a eficiência e reduzir o custo da administração pública.

- O sistema de tarifas indiretas foi apontado no memorando como ineficiente e complexo, pois inclui impostos em cascata, sobrepõe impostos diferentes cobrados pelos níveis de governo com alíquotas diferentes e com bases diversas. O que resulta em guerras tarifárias entre os estados e aumenta a sonegação e evasão de impostos. Por isso, o governo apresentará uma reforma tributária, onde existirá um I.V.A. (Imposto sobre Valor Agregado), nacional com uma estrutura de valor e uma base comum para todos os níveis do governo. Com isso o governo pretende fortalecer a Secretaria da Receita Federal.
- Sobre os problemas financeiros com a previdência é delegado o agravamento pela elevação da sonegação do impostos nas folhas de pagamentos. Para mudar a situação haverá um cruzamento de contas com informações da receita sobre a renda dos autônomos (cujo índice de sonegação é alto), serão tomadas medidas para melhorar o sistema de processamento e o de informações e, será criado um sistema para monitorar os recolhimentos dos 10.000 maiores contribuintes no país.
- O governo reconhece que deve racionalizar suas operações com o intuito de melhorar o orçamento, por isso planeja a introdução no ano 2000 de um sistema mais rigoroso para avaliar os projetos, avaliar os programas para alcançar os objetivos com custos mínimos e avaliar os projetos para verificar se realmente são prioridades do governo.
- Em relação aos programas sociais, o memorando descreve que a meta básica do governo federal será de aumentar a parcela do orçamento para os níveis primários de ensino e para a assistência médica, para promover o uso eficiente e o financiamento da saúde e do ensino, principalmente nos níveis mais elevados e para melhorar a distribuição das despesas sociais para os pobres. Por isso, o governo pretende minimizar os cortes orçamentários nos programas sociais, além disso, receberá apoio do Banco Mundial e do BID.
- O memorando enfatiza o processo de privatização (como um dos mais ambiciosos do mundo), que abrange a esfera estadual e federal dos mais variados setores (telecomunicações, energia, portos, ferrovias, mineração, siderurgia, transportes urbanos e instituições financeiras), o que atrai investidores estrangeiros. Diz que no anos de 1999, a privatização será nos serviços públicos (companhias energéticas,

bancos estaduais como o BANESPA, o IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, e empresas de serviço público).

- Segundo o governo a privatização e a redução dos monopólios contribuem para um melhor fornecimento de bens e serviços e também para uma produção com mais eficiência (pela renovação e modernização). A desregulamentação e a participação do capital estrangeiro geram externalidades tecnológicas e reduzem preços o que faz aumentar a produtividade, aperfeiçoar a alocação de recursos, modernizar as práticas gerenciais e liga as corporações brasileiras com as melhores empresas do mundo. Criando perspectivas para o longo prazo e tornando a economia eficiente.
- A meta da política monetária é a baixa inflação e o regime cambial é o meio para esse fim. O Banco Central continuará mantendo os juros para dar apoio ao plano e manter as reservas. Quando a confiança for reestabelecida os juros devem cair.
- No tocante a dívida pública interna, o tesouro e o Banco Central darão prioridade ao alongamento progressivo da maturação da dívida para diminuir a necessidade de um novo refinanciamento. A queda esperada dos juros, possibilitará um aumento (com custos aceitáveis), da parcela de papéis pré-fixados na dívida pública.
- No ano de 1997, as altas dos juros provocaram tensões em bancos pequenos, mas foram superadas, tanto é que a inadimplência dos empréstimos passou de 6,9% em dezembro de 1997 para 8,3% em agosto de 1998. As aquisições que já ocorreram no setor eliminam a fragilidade do setor, tornando-o mais sólido.
- O aparato regulatório de supervisão foi reforçado desde o início do plano, especialmente nos dois últimos anos. O índice mínimo de adequação de capital aumentou de 8% para 10% dos ativos de risco em 1997 e será de 11% a partir do início de 1999, desde 1997 os bancos tem que manter reservas de capital para os riscos de operações com derivativos. A supervisão bancária tem sido fortalecida por inspeções e auditorias. Foram feitos progressos por causa da implantação de 25 princípios básicos do Comitê da Basileia de supervisão bancária.
- Os problemas do sistema bancário estatal estão resolvidos, pois o número de bancos públicos será reduzido de 35 para 11. O que sobrar deve ser fiscalizado e supervisionado como ocorre com os bancos privados.
- O governo pretende manter o atual regime cambial. A desvalorização do real, as mudanças estruturais e os ganhos da produtividade da economia, contribuirão para favorecer o crescimento das exportações e para substituir importações. O que deve

melhorar as contas do setor externo. Com o mesmo regime o governo deverá abrir gradativamente a banda cambial para manter as reservas e aumentar a competitividade da economia.

- A liberalização comercial deve continuar através do mercosul, com seus parceiros comerciais regionais e com países fora da região. O país não vai impor restrições que sejam incompatíveis com os compromissos da O.M.C. ou com o programa do F.M.I. O governo continuará a promover a competitividade das exportações do Brasil através de medidas para melhorar o campo de ação dos exportadores com facilidade para acessar financiamento e seguro de crédito de exportação.
- O memorando diz que a dívida brasileira não é muito elevada em relação ao PIB (29%) e o prazo de vencimento é longo. O setor público é responsável por 1/3 do total da dívida e a dívida de curto prazo é inferior a US\$ 6 bilhões. Para 1999 o governo pretende aumentar a dívida em US\$ 10 bilhões, ele pretende prorrogar o vencimento médio da dívida de acordo com a permissão do mercado e pretende tornar mais eficiente a base de informação da dívida.
- Em relação ao mercado de trabalho, o governo pretende impor regulamentos e políticas com intenção de flexibilizar e aumentar a produtividade de mão-de-obra e emprego formal. E com o aumento do desemprego (que é o resultado de fatores estruturais e cíclicos), tornou-se necessário reformar a legislação trabalhista e aperfeiçoar as políticas de mercado de trabalho.
- Em relação ao último tópico, o memorando descreve as medidas implantadas: demissão temporária para reduzir as despesas finais; regulou contratos de trabalho em tempo parcial ou temporário; flexibilidade no expediente de trabalho para reduzir custos de horas extras; ampliou os benefícios do seguro desemprego para trabalhadores empregados a longo prazos e melhorou o sistema de treinamento. Além disso, diz que a administração enviou para o congresso uma proposta que reduz as restrições para a organização sindical e cria incentivos para negociação coletiva entre sindicatos e empregados, tudo para favorecer o desempregado, manter empregos, aumentar os contratos de trabalho e promover a produtividade da mão-de-obra.
- A base estatística do Brasil é considerada bem desenvolvida, mas com algumas áreas deficientes nas quais o governo pretende trabalhar futuramente (áreas menos habitadas), em relação as estatísticas monetárias, fiscais e bancárias o governo está recebendo assistência técnica do F.M.I.

Sinteticamente foi este o conteúdo (descrito acima), que convenceu o Fundo monetário a apoiar a economia brasileira. Como foi mencionado anteriormente, foram enviados mais memorandos ao Fundo, um segundo em 8 de março de 1999 descreve a adaptação das políticas descritas no primeiro memorando em função do novo regime cambial, um terceiro em 5 de junho de 1999, um quarto em 29 de novembro de 1999, o quinto em 28 de fevereiro de 2000, o sexto em 30 de junho de 2000 e outro em 31 de outubro de 2000, neste último foi definido o cronograma para o ano de 2001. A essência das avaliações do acordo é a mesma, o comprometimento por parte do governo brasileiro com o núcleo das políticas, descrição do desenvolvimento ocorrido na economia, definição de novas metas e quais os passos que serão tomados para adaptar a economia ao ambiente internacional que está em constante mutação. O Brasil até o momento alcançou todos os objetivos mas, não se preocupou com os reflexos negativos na sociedade decorrentes de tais políticas.

4.5 - Os custos sociais

Como um dos objetivos deste trabalho é identificar os custos sociais decorrentes das políticas adotadas pelo governo (apoiadas pelo FMI), a partir de 1998, a análise será feita com base em dados correlacionados ao objetivo. Os dados descritos no memorando enviado ao Fundo já mostram nas entrelinhas que os custos que recairão sobre a sociedade serão altos.

Quando um país está com problemas no seu balanço de pagamentos/endividado, ele tem duas opções, organizar a sociedade para pagar essa dívida (o que é uma possibilidade descartada) ou recorrer a empréstimos, no caso do Brasil, a única fonte que libera dinheiro é o FMI. A opção escolhida é acompanhada por um pacote de condicionalidades que levam o país a se disciplinar para pagar os juros desses novos empréstimos, pagar as dívidas dos velhos empréstimos e contrair novos empréstimos pois não dará conta de pagar os dois primeiros, enfim, é uma bola de neve que recairá de alguma forma na sociedade.

Quando um país recorre ao Fundo Monetário, ele o faz por livre vontade, mesmo sabendo que as “regras” desta organização são penosas à sua nação. Os custos sociais que podem ser observados no Brasil são decorrentes das políticas econômicas

adotadas pelo Governo Brasileiro que segue os padrões das políticas recomendadas pelo FMI, para este último a redução dos problemas sociais dar-se-ão após a prática das políticas econômicas indicadas, isto é, seria uma consequência (até lá estaremos todos mortos). A degradação da sociedade (refletida nos indicadores sociais), é consequência da reestruturação produtiva que o país vem se submetendo desde o início dos anos 90 (abertura/globalização), das políticas econômicas neoliberais e da “ajuda” prestada ao país pelo FMI que incentiva essas políticas e exige resultados.

Não é tarefa difícil identificar os custos que recaem sobre a sociedade, como consequência destas políticas governamentais, basta olharmos o número de desempregados, o sistema de saúde público, a violência e a criminalidade em ascensão, o número de trabalhadores no setor informal e tantos outros.

A política monetária do FMI leva um país a passar por duas fases, a da estabilização econômica que se daria no curto prazo (desvalorização da moeda, liberação dos preços e controle do orçamento), e a Segunda seria a fase das reformas estruturais (liberalizar o comércio, desregulamentar o sistema bancário, privatizar empresas estatais, reformar o sistema fiscal, privatizar terras cultiváveis etc.), consideradas necessárias pelo FMI para que um país possa recuperar sua economia. Mas, qual o impacto dessas reformas macroeconômicas sobre a sociedade?

A resposta é dada por Chossudovsky (1999, 61-62),

“As implicações sociais dessas reformas (entre elas, seu impacto sobre a saúde, a educação, os direitos sociais das mulheres e o ambiente) têm sido fartamente documentadas. Fecham-se escolas e demitem-se professores, devido à falta de verbas; no setor de saúde há um colapso geral nas medicinas curativas e preventivas, em consequência da falta de equipamentos médicos e suprimentos, das péssimas condições de trabalho e dos baixos salários pagos aos seus profissionais. A falta de verbas operacionais é “compensada” em parte pela cobrança de taxas de inscrição e uso”.

Em relação ao Brasil, Chossudovsky descreve (1999, 179-180),

“A política macroeconômica acelerou a expulsão dos camponeses sem-terra do interior, levando à formação de uma força de trabalho nômade que imigra de uma área metropolitana para outra. Nas cidades, surgiu uma camada de pobreza urbana inteiramente nova (socialmente distinta da que caracteriza as favelas): milhares de trabalhadores assalariados e funcionários burocráticos, que viviam em áreas residenciais de classe

média e baixa, foram despejados, socialmente marginalizados e, muitas vezes, excluídos das áreas dos cortiços”.

Em 1994 foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE) por FHC que nada mais era do que uma estrutura política para administrar a pobreza e acalmar a sociedade. Segundo Chossudovsky (1999), o FSE se deu através de “programas de metas” com o objetivo de “ajudar os pobres”, combinavam a “recuperação de custos” com as privatizações” do sistema de saúde e educação. Esses programas foram considerados os “mais eficientes” para resolver os problemas sociais. Paralelamente a esse programa o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), deveria ser autofinanciado pelo aumento da contribuição dos trabalhadores. O objetivo era retirar a responsabilidade do Estado e passá-la para a sociedade. No período havia a campanha da cidadania contra a fome e a miséria (iniciado depois do Impeachment de Collor em 1992), segundo o autor, a pobreza e a fome foram divulgadas na imprensa com o cuidado de não culpar a elite financeira e muito menos as políticas (remédios) econômicas do FMI pelos números crescentes da fome. Quanto mais a crise se agravava, mais as campanhas desviavam a atenção da sociedade para as questões da fome e pobreza (ocultando as questões políticas reais que agravam este quadro). Com isso, a campanha mostrava que a situação de fome e miséria estaria ligada a uma “minorias social”, distorcendo o óbvio, a maioria dos setores sociais, considerando a classe média estavam empobrecendo em decorrência das mudanças econômicas iniciadas no Governo Collor.

Para o Autor, as reformas patrocinadas pelo FMI aumentaram a polarização social, o empobrecimento de todos os setores da população e podem provocar: instabilidade militar, violação dos direitos humanos, violência urbana e rural e um movimento de separação das regiões. Além disso, segundo ele (1999, 302),

“Num país em que metade da população já vive abaixo da linha de pobreza, os impactos de um socorro do FMI serão devastadores. Amplos setores da população brasileira de 160 milhões serão lançados à pobreza abissal. Regiões inteiras do país serão empurradas na recessão. O governo central será enfraquecido: com a iminente fratura da estrutura fiscal federal, os governos estaduais serão deixados à própria sorte. As regiões do país tornar-se-ão cada vez mais balcanizadas; como na Indonésia e na Coréia, os investidores de Wall Street serão convidados a recolher os cacos”.

Na última década o padrão de vida da maioria do povo brasileiro declinou, principalmente daqueles que dependem dos sistemas públicos. O desemprego aumentou, a renda média caiu, o sistema de saúde piorou, e a educação passa por crise.

A partir do governo de FHC (1994) a situação piorou em decorrência das reformas econômicas deste governo. A equipe econômica se considerou vitoriosa (tem seus méritos, mas...), por ter conseguido controlar a inflação de uma gama de produtos e serviços, que hoje infelizmente não correspondem com uma situação de controle, um exemplo é o preço dos combustíveis – a gasolina – no início do plano real (julho de 1994) custava R\$ 0,94 e hoje (janeiro de 2001), custa R\$ 1,65 é uma inflação considerável para um país que possui estabilidade nos preços.

A taxa de desemprego aberto divulgada pelo IBGE no Brasil, para o período de 1990 até o ano 2000 tem uma média anual ascendente, como mostram os dados abaixo:

1990 = 4,28	1995 = 4,64
1991 = 4,83	1996 = 5,42
1992 = 5,97	1997 = 5,70
1993 = 5,32	1998 = 7,60
1994 = 5,06	1999 = 7,60
	2000 = 7,70 (até julho)

Os dados mostram que desde o início dos anos 90, a taxa de desemprego aumentou e de uma forma mais expressiva a partir do ano de 1998. Podemos relacionar este último fato com as políticas econômicas que vigoraram a partir do último governo (FHC).

Segundo a publicação da Folha de São Paulo (29 de fevereiro de 2000, 1), "... a taxa de desemprego atingiu 7,6% no país em janeiro de 2000"... "A taxa de desemprego está elevada, sobretudo se comparada com a registrada há dez anos, em janeiro de 89, quando o desemprego era de 3,9% no país. Ou com 94, logo após o início do plano Real, quando chegou a 5,5%". É incontestável que o desemprego aumentou nesta década e na minha opinião a taxa de desemprego ficou no patamar dos 5% no início do governo FHC por causa das reformas políticas (controle da inflação, âncora cambial etc.) que criaram expectativas positivas para a economia. O controle inflacionário possibilitou um aumento do consumo e o planejamento dos gastos sociais e a âncora cambial com a moeda sobrevalorizada "aumentou" as exportações do país e conseqüentemente expandiu a produção e novos trabalhadores foram contratados. Estes fatos são relacionados com a

primeira fase (da estabilidade econômica), depois vem a Segunda fase (reformas estruturais), onde começam os cortes: salários, empregos, funcionalismo público, gastos do governo, fechamento de indústrias (pela grande entrada de importados pois a moeda não foi mantida sobrevalorizada), privatizações etc. Estas fases são recomendadas pelo programa do FMI, e hoje o Brasil se encontra na Segunda fase.

Com o aumento do desemprego, aumenta o número de trabalhadores informais, a violência, a pobreza e o número de trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, sem direitos. O trabalho informal pode ser visto em qualquer lugar, é só andar pelos centros das cidades, são: camelôs, vendedores ambulantes, prostituição (inclusive de menores) e muitos outros. A violência cresceu muito com o aumento do desemprego, hoje em dia são muito comuns assaltos, seqüestros e outros tipos de delitos, basta observarmos o aumento da população carcerária nos últimos tempos (que aliás, tem um custo elevadíssimo para a sociedade e não regenera a maioria dos detentos, ao contrário, só aumentam o “mau caráter” dos indivíduos). A pobreza aumenta com o quadro pois sem emprego as pessoas não conseguem comer e pagar contas (com emprego já não conseguem, imagine sem), conseqüentemente são mais pessoas que dependem da ajuda do governo o que piora os serviços (escassos) oferecidos pelos órgãos públicos. Outra conseqüência do desemprego é o aumento de trabalhadores sem carteira assinada, pois com medo de ficar desempregado, o trabalhador se submete a qualquer coisa. Em relação a este crescimento, a folha de São Paulo detalha (2000, 2-10),

“Enquanto cai o rendimento dos trabalhadores brasileiros, cresce a informalidade nas relações de trabalho do país. Dados do IBGE revelam que o número de pessoas ocupadas sem carteira assinada cresceu 62% no Brasil na última década. O crescimento é ainda mais significativo diante da queda de 12,57% no número de pessoas ocupadas com carteira assinada no Brasil, entre 1990 e o ano passado. Os paulistas avançaram ainda mais que o restante do Brasil na ocupação de trabalhadores sem carteira assinada. O crescimento da informalidade do trabalho no estado foi de 81% na década de 90. Além disso, entre as 217 mil pessoas que entraram no mercado de trabalho paulista no ano passado, 57% ou 157.312 estão trabalhando sem carteira assinada. A técnica do IBGE Shyrlene Ramos da Silva analisa que os elevados percentuais de informalidade registrados são resultado de “significativas mudanças” nas relações trabalhistas nos últimos anos”

“...existem hoje, nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, 4,4 milhões de pessoas trabalhando sem carteira. O número é maior que a metade do total dos que têm a relação formal um total de 7,4 milhões de pessoas. O número é ainda mais assustador quando são incluídos o que, segundo o IBGE, trabalham “por conta própria. Muitas dessas 3,8 milhões de pessoas autônomas também estão na informalidade. Além

disso, praticamente todo o acréscimo de pessoas ocupadas no Brasil no último ano ocorreu no mercado informal. Das 433 mil pessoas que entraram no mercado de trabalho no período, 78% não assinaram carteira. Em janeiro do ano passado havia 4,2 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada, de acordo com a pesquisa do IBGE. O número é 332 mil inferior ao registrado neste ano”.

Além do desemprego, outro custo para a sociedade decorrente das políticas governamentais nos últimos anos, é a queda da renda média. Como mostra a publicação da Folha de São Paulo (2000, 1),

“Os trabalhadores brasileiros ficaram mais pobres na década de 90. Pesquisa divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revela uma queda de 8% no rendimento médio real (descontado a inflação) dos trabalhadores nos últimos dez anos. Somente no ano passado, a queda foi de 5,5%, em relação ao ano anterior. A redução ocorreu após o período de ganhos no Plano Real, que foi de 1993 (crescimento de 9%) a 97 (aumento de 2%). A última queda no rendimento havia ocorrido em 92. A PME (pesquisa mensal de emprego) do IBGE engloba seis regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Em São Paulo a redução na renda foi de 7,6% em 99 (a maior do país), enquanto atingiu – 3,7% no período entre 90 e 99. A técnica do IBGE responsável pela pesquisa, Shyrlene Ramos da Silva, atribui a tendência da queda na renda do trabalhador ao crescimento do desemprego. Com a crescente concorrência por uma vaga no mercado de trabalho, a avaliação geral é que é melhor ganhar menos que não ganhar nada”.

Outro custo social é a queda da “qualidade” do sistema de saúde nos últimos tempos. É muito comum vermos e ouvirmos a mídia denunciando os problemas relacionados a saúde no país – pessoas morrem esperando atendimento, morrem por imprudência médica, morrem por falta de higiene básica nos hospitais (infecção hospitalar), morrem por tomarem medicamentos vencidos ou por não tomá-los, morrem por não ter direito a saúde – é uma vergonha. Atualmente cresce o número de empresa ofertantes de plano de saúde particular, mas o custo é elevado e só tem acesso a eles as classes com renda média e alta, na minha opinião o governo quer se livrar do sistema de saúde público, eliminar gastos (eliminar a população pobre por consequência), ao permitir que o sistema de saúde se deteriore desta forma e ao liberalizar o mercado dos planos de saúde sem regulamentá-lo, segundo Nort (1997, 411),

“Uma pesquisa feita pela Fundação Osvaldo Cruz para o Conselho Federal de Medicina, baseada em 8000 questionários mostrou o “Perfil dos Médicos do Brasil”. Essa pesquisa concluiu que a maioria dos

200.000 médicos brasileiros, cidadãos com menos de 45 anos de idade, baixou de status social comparados aos médicos da geração passada. Metade dos médicos tem de 3 a 4 empregos para uma renda total de 1300 dólares mensais. A consequência é que os médicos precisam ganhar na quantidade de pacientes. O Brasil com 160 milhões de habitantes gastou 30 bilhões de dólares na área de saúde em 1995. A Austrália, com 20 milhões de habitantes gastou 26 bilhões. É claro que não temos dinheiro suficiente para gastar tanto quanto os países ricos. No entanto, se tivéssemos a metade da população, 80 milhões, teríamos o dobro de qualidade per capita. E os médicos, que hoje correm atrás de milhões de pacientes pobres, desnutridos e doentes, teriam a metade de pacientes com pelo menos o dobro do poder aquisitivo. Fariam um atendimento individual gastando o dobro do tempo, duplicando assim a qualidade dos seus serviços e, por outro lado, aumentariam seus rendimentos”.

Além do país gastar pouco em saúde, não se tem bons resultados no sistema público de saúde, o que leva parte da população a optar pelos planos de saúde. Segundo Nort (1997), no ano de 1991 os hospitais privados atendiam 75% do serviço médico-hospitalar do país. Em 1995, essa participação caiu para menos de 40%, isso mostra que os hospitais privados não querem mais atender pelo S.U.S. (Sistema Único de Saúde) e passam a atender convênios privados que são mais de 900 empresas, com mais de 60 milhões de conveniados a um preço médio de 300 dólares anuais por pessoa.

Além das péssimas condições oferecidas para os funcionários e para os pacientes, o sistema de saúde ainda passa por fraudes nas contas, que no ano de 1994 deram um prejuízo de 25 milhões de dólares ao governo, e o governo continua cortando verbas para a área da saúde, dando prioridade para outras áreas que considera de maior importância.

A maioria dos países do primeiro mundo que passaram por crises prolongadas, investiram na educação e esta contribuiu para que os mesmos voltassem a prosperar (como os países asiáticos). No Brasil acontece o oposto, quanto maior a crise, menos se investe na educação, como disse Paulo Francis, “A ignorância é o nosso grande patrimônio nacional”. Eu creio que para os governantes é melhor que fique assim, um povo sem educação não conhece sua força, seus direitos e seus deveres. Com o desemprego e a queda da renda da população muitos alunos de escolas particulares são lançados nas escolas públicas, aumentando a disputa por vagas e colocando à margem muitos alunos que não conseguem o ingresso. Além de falta de vagas, das péssimas condições estruturais dos colégios, da falta de pagamento dos professores, o governo corta verbas para a educação. No ensino fundamental é constatado (em 1993 um professor recebia um salário de 120 dólares e em

três décadas anteriores era de 880 dólares) uma defasagem assustadora nos rendimentos de um professor, o que leva a queda na qualidade do profissional público. O ensino superior público conta com profissionais (na maioria das vezes) bem qualificados, mas que em decorrência dos cortes de verbas e das precárias condições de trabalhos são levados para as universidades particulares (fábricas de dinheiro), com o abandono dos professores e a comodidade dos alunos, o governo está chegando no ponto que ele quer – privatizar as universidades públicas.

As questões sociais citadas fazem parte de um infinito maior de problemas pelos quais a massa popular brasileira atravessa, como diz o velho ditado: “A corda arrebenta pelo lado mais fraco”. No país, segundo Nort (1997), ao contrário do que ocorre no primeiro mundo, a tributação efetiva é maior para o trabalho 20%, e para o consumo 16% do que sobre o capital 8%. O peso dos tributos para as famílias de baixa renda (um salário mínimo) é duas vezes maior do que as famílias de renda alta (cem salários mínimos), em decorrência da concentração de impostos sobre bens e serviços.

As condições sociais estão cada vez piores, como mostra Nort (1997, 425),

“... A expectativa de vida é de 76 anos nos países desenvolvidos e de 54 anos nos países de terceiro mundo; nos primeiros, a mortalidade infantil é de sete por mil e sobe para 112 por mil nos subdesenvolvidos. No pior extremo estão os excluídos: 1,3 bilhão de pessoas em situação de miséria absoluta, 2 bilhões sem acesso à água potável, 1 bilhão de analfabetos, 1 bilhão de desempregados. O Brasil tem 7% dos miseráveis do mundo, segundo a ONU”.

Nosso país está dentro destas tristes estatísticas, e o governo só pensa em gastar bilhões para equilibrar o balanço de pagamentos para satisfazer o FMI, paralelamente está esquecendo dos seus princípios e dos deveres para com a nação.

4.6 - Políticas alternativas

Muitos autores ou interessados (como em qualquer período de um governo), sugerem alternativas para a política econômica do Brasil, em síntese grande parte dessas políticas enfatizam o crescimento econômico como uma alternativa para reduzir os problemas do país.

Na visão de Mercadante (1998), a solução para o país seria:

- A oposição popular deveria apresentar uma agenda alternativa às contra-reformas, que incluía reestruturação produtiva, industrial e agrária, apoio a pequena economia familiar no campo e na cidade, reforma urbana, democratização do estado e da sociedade e dos meios de comunicação. Através das reservas cambiais e das estatais o governo pode equacionar a crise fiscal e cambial a curto prazo.
- Para superar o projeto neoliberal é preciso um modelo alternativo e articulado, como os que estão surgindo na França e Inglaterra. Um novo modelo econômico para um desenvolvimento solidário, sustentável e soberano com novos pressupostos. Uma economia solidária, orientada para enfrentar a exclusão social e o desemprego em massa o que representa uma nova visão na orientação neoliberal.
- A reestruturação da produção deve ter como perspectiva um novo padrão de distribuição da renda (para que o modelo de desenvolvimento seja solidário), onde deve ser constituído um amplo mercado de produtos básicos de consumo popular e de serviços públicos. Apesar do atraso do país no âmbito industrial ele possui um potencial agrícola, industrial e tecnológico que pode impulsionar o mercado para o consumo em massa e expandir a oferta de serviços públicos essenciais (educação com qualidade, programa SUS eficiente na saúde, saneamento básico e moradia popular) que podem melhorar a qualidade de vida.
- O estado deve estimular a busca de nichos e vantagens comparativas dinâmicas para os setores de tecnologia de ponta, que de fato possam competir na economia globalizada, políticas de apoio a economia popular devem ser mantidos. Financiamento como crédito solidário, apoio para micro e pequenas empresas, cooperativas populares, programas de requalificação e formação profissional devem ser impulsionados e ganhar maior espaço na política econômica. Os Fundos de poupança forçada dos trabalhadores (FAT e FGTS) devem ser orientados nesta direção, gerando emprego e renda e não utilizá-los nas privatizações e nos projetos que não geram empregos. O financiamento público deve estar articulado com uma política industrial, ativando as câmaras setoriais e racionalizando a política do comércio exterior de forma a alavancar setores estratégicos, impulsionando as exportações, estimulando o progresso tecnológico, a infraestrutura e a geração de emprego. Se o país manter o crescimento e chegar aos 7% (como já fez), o mercado de trabalho pode absorver 1,9 milhões de trabalhadores e manter os níveis atuais de desemprego.

- A estabilidade monetária não pode ocorrer com o crescimento das importações e com o controle da demanda agregada (como acontece), tendo como sustentação a âncora cambial e altas taxas de juros. Ela deve ocorrer com o crescimento da oferta que é viabilizada no crescimento econômico sustentado.
- A política monetária deve ser realista, orientada para uma cesta de moedas mais ampla que o dólar, moedas voltadas ao comércio (multilateral) exterior do país, trocar as moedas gradativamente, assim evita-se um ataque especulativo e perigoso de dólares.
- O ajuste no câmbio deve ser feito e também uma racionalização da abertura comercial, onde a competitividade externa deve ser acompanhada por uma política industrial ativa dentro dos parâmetros da O.M.C. (Organização Mundial do Comércio), o que é indispensável para reverter o contexto de desestruturação produtiva no país.
- São necessárias medidas de prevenção para o ingresso do capital financeiro internacional, que diminuam a fragilidade da economia em relação a esses capitais.
- A reforma na previdência é imprescindível, com um regime de participação simples para benefícios definidos a partir de um teto, devem ser fomentados os fundos previdenciários públicos e privados com mecanismos de fiscalização.
- O alongamento do perfil da dívida interna com prazo médio de vencimento de 196 dias e uma reforma fiscal e tributária profunda, combinando racionalidade econômica com justiça fiscal, são dimensões fundamentais para uma política econômica alternativa. Para isso, devem ocorrer parcerias como o capital privado para alavancar o investimento público na infra-estrutura do país.
- Uma nova lei de concessão é fundamental para que o estado mantenha seu papel de regulador e controlador (administrando preços, qualidade dos produtos e serviços e assegurar investimentos estratégicos nos setores privatizados).
- A sociedade civil deve ser envolvida nesse debate, com transparência e possibilidade de controle social dos órgãos públicos.
- Os resultados positivos não são suficientes, é preciso avanços nas relações de trabalho, ampliação e respeito dos direitos sindicais (liberdade, autonomia e fim do imposto sindical).
- Uma política nacional de empregos é prioridade, que deve absorver uma imensa massa de trabalhadores, por isso deve ser consistente e solidária à economia popular.
- A reforma tributária deve regulamentar os tributos sobre a renda e a riqueza (herança, grandes fortunas, territorial rural, entre outros). O imposto direto deve ser consolidado

ao imposto sobre valor agregado (IVA), acompanhados de alguns impostos mais difíceis de sonegar, aliviando a estrutura da produção e os investimentos, alargando a base da arrecadação e simplificar e desburocratizar o processo fiscal ao mesmo tempo que eleva o patamar de arrecadação e reduzindo a fragilidade das finanças.

- O esforço da construção de um projeto alternativo de desenvolvimento solidário é para que a economia cresça distribuindo e distribua crescendo, orientada na geração de empregos e erradicar a pobreza no país.

Segundo Garcia Junior (1999), as demandas sociais desejam ações do governo que sinalizam uma mudança no rumo das políticas que assegurem a estabilidade com crescimento e baixo desemprego, em trajetórias sustentáveis, não basta apenas reduzir a inflação. O Brasil optou por um processo de desenvolvimento onde as restrições econômicas afetam as ações políticas. Segundo esse autor:

- As questões econômicas que limitam a retomada do crescimento estão ligadas aos desequilíbrios das contas públicas que apresentam déficit constante, isso faz com que investidores externos e internos fiquem atentos e o governo é obrigado a manter taxas de juros elevadas o que por outro lado prejudica o crescimento econômico. A solução seria um maior controle no orçamento, com cortes adicionais de gastos suficientes para devolver aos entes federativos condições de sustentar suas contas a médio e longo prazo. É uma solução política que deve ser levada a sério.
- Outra questão que limita o crescimento é a obrigação de manter a estabilidade de preços, apesar do choque do câmbio e dos aumentos nas tarifas e combustíveis, o que torna incompatível as políticas de curto prazo e a retomada do crescimento, além de comprometer muitos setores da economia e aumentar o desemprego.
- Para crescer, uma economia precisa aumentar suas exportações o que causa uma maior inserção do país no comércio internacional. O processo de desenvolvimento optado pelo Brasil proporciona essa inserção, mas ao mesmo tempo abre a economia. Com a abertura econômica muitas empresas quebraram, não tiveram muito apoio. O governo deveria criar mecanismos para proteger estas empresas e consequentemente estabilizar o nível de desemprego.
- Outra questão é a necessidade de aumento da taxa de poupança doméstica para a retomada dos investimentos, mas para isso, o governo deve nivelar as taxas de juros aos níveis internacionais o que significa alterar outras políticas do plano de estabilização (impasse).

- Finalmente, a retomada do crescimento só irá reverter o quadro atual de forma duradoura se for acompanhada de profunda reforma institucional que assegure à sociedade a manutenção do equilíbrio, com responsabilidade fiscal, um ambiente sério com compromisso dos três poderes (legislativo, executivo, judiciário). O crescimento econômico com estabilidade é possível, não é apenas uma necessidade de um plano de governo, mas uma necessidade social. Falta a este governo um projeto de desenvolvimento consistente, junto com uma agenda de reformas estruturais do Estado.

Rubens Cysne (2000), é professor da Fundação Getúlio Vargas e defende a idéia de que a política monetária não resolve problemas de pobreza e má distribuição de renda mas pode evitar que eles se agravem. O governo deveria partir desse pressuposto, não pode se cortar o mal pela raiz, mas pode-se evitar o seu crescimento. O autor utiliza a teoria de Romer e Romer (1998), que utiliza séries temporais da economia americana para concluir que a política monetária afeta a pobreza e a distribuição de renda dependendo do espaço de tempo considerado. Segundo Cysne (2000), no curto prazo estes problemas sociais são amenizados pelo afrouxamento do controle monetário o que reduz desemprego e eleva os salários reais, neste caso beneficiando os mais pobres. No médio e longo prazo, as políticas monetárias são concentradas para setores específicos da economia, com o passar do tempo, perdem os mais pobres. As perdas estão relacionadas ao ciclo econômico (curto prazo), e à inflação (longo prazo). Os pobres são os mais afetados com os períodos de declínio dos ciclos (desemprego, falta de informação etc.) e a inflação reduz o poder de compra e o salário real. Para Cysne, a política monetária poderá contribuir para a redução da pobreza quando manter a estabilidade de preços ao longo dos anos.

Em 1999 foi realizado o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, onde uma vez por ano se reúnem o pessoal das altas finanças e das megas corporações internacionais, para debaterem sobre economia mundial. Na ocasião estiveram presentes muitas celebridades e algumas criticaram e apontaram alternativas para a economia brasileira. Quase todas demonstraram concordância no diagnóstico do Brasil, o país defendeu por muito tempo e com custo elevado a sua moeda; abriu um buraco negro no balanço de pagamentos (por causa da sobrevalorização do real e dos juros altos que vem aplicando); os investidores se alarmaram, a moeda ficou fragilizada, e a desvalorização teve que vir.

Para Heiner Flassberg, secretário de finanças da Alemanha, (1999, 29), “a sobrevalorização da moeda está na origem de todas as crises. Os países querem importar a estabilidade monetária e, por isso, ancoram sua moeda nacional em uma moeda forte. Com

o tempo, inevitavelmente, aparecem problemas sérios no balanço de pagamentos. Aí vem a crise.”

As terapias apontadas pelo sub-secretário do tesouro dos Estados Unidos, Larry Summers e por Angel Gurría, secretário de finanças do México (1999, 29), eram respectivamente, “O importante é apegar-se com firmeza aos fundamentos”, e “Vamos acender uma vela”.

Stanley Fischer, vice-diretor gerente do FMI, foi atacado na ocasião em relação a sua defesa. Em relação a situação econômica do país ele diz que (1999, 29), “O Brasil está tomando as decisões econômicas corretas” ... “nada indica que não haja espaço para reverter a situação atual de anomalia. Minha expectativa é que a situação se acalme a curto prazo”.

George Soros, presidente da Soros Management Fund, rebate Fischer, dizendo que existe uma crise financeira mundial e que continua-se insistindo em coisas que não dão certo, para ele, o Brasil está com a crise mais anunciada da história, tudo que poderia ser feito de errado foi feito – banda, flutuações e âncoras, nada disso funciona. Mas, não diz o que se possa fazer para mudar o quadro, só que o FMI e o G7 devem cumprir suas promessas, criando um sistema que condicione ações contra crises.

Para o economista Fred Bergsem, diretor do Instituto de Economia Internacional, a saída para o país seja estabelecer uma nova banda para o Real, para ele centralizar o câmbio é muito ruim e a idéia de “Currency board”, de sua valorização e convertibilidade não resolvem o problema do país, que é de natureza fiscal.

O economista Jeffrey Sachs, diretor do Instituto para Desenvolvimento Internacional de Harvard, acredita que a solução para o Brasil seria abandonar o caminho proposto pelo FMI, deve existir uma forma de manter os recursos do fundo e abandonar seus conselhos. Sachs (1999, 30), diz que, “o FMI, com sua receita de juros altos, é quem construiu o déficit que o Brasil tem hoje”.

O secretário do tesouro americano Robert Rubin, não concorda com a centralização do câmbio, para ele (1999, 30), “esses controles podem dar alívio temporário, mas a evidência sugere que com o tempo eles retardem o crescimento, desestimulam o investimento estrangeiro, tornam-se cada vez mais difíceis de administrar e, frequentemente, são usados como substitutos para as reformas essenciais na economia”.

Em relação ao comportamento dos mercados financeiros, diz o banqueiro Frank Newman (presidente do Banco Bankers Trust) que as coisas estão andando ao contrário. Antes, os problemas econômicos do país que levavam aos problemas

financeiros. Hoje, é a crise financeira que provoca a crise econômica. Mesmo com boas políticas econômicas, as divisas não vem para o país cuja a moeda está frágil.

Os participantes do fórum foram unânimes na afirmação de que o Brasil precisa seguir políticas econômicas fiscalmente sólidas, para remover as raízes da instabilidade monetária e obter apoio dos países ricos para aplica-las.

Outras alternativas para os problemas brasileiros são apontadas por Egon Nort, ex-professor universitário e pesquisador. As propostas apresentadas por este autor são diretamente relacionadas aos problemas sociais do Brasil, como: agricultura, coisa pública, desemprego e distribuição de renda, dívida externa, fome, previdência social e saúde.

Para a agricultura brasileira ele recomenda projetos comunitários que buscam envolver os membros da comunidade com o intuito de colher sugestões ou propostas populares para realizar obras, serviços ou implantar pequenas empresas (cooperativas ou associações) de interesse da coletividade da classe agricultora evitando o êxodo rural. Hortas, mini-fazendas e sítios, devem ser criadas, segundo ele, as pessoas devem se habituar a produzir nas suas casas, o que é conhecido como agricultura doméstica que tem um custo baixo e a vantagem de ser mais saudável. As hortas escolares também são viáveis, segundo Nort (1997, 80-81), “outro sucesso é o programa de hortas escolares, desenvolvido pela Souza Cruz e órgãos do governo, que está completando onze anos. Só em Santa Catarina este programa atinge 235 municípios, quase 7000 escolas envolvendo mais de 8000 professores e 175.000 alunos. Grande parte da produção é consumida pelos próprios alunos na merenda escolar, e o excedente dividido entre as crianças participantes”.

As fazendas naturistas funcionam como cooperativas, vários produtores se unem onde cada um produz uma série determinada de alimentos (sem agrotóxico) e, depois eles trocam os produtos, e todos se beneficiam. Ele aponta como alternativa a idéia da agricultura chinesa no Brasil, pois os mesmos estão acostumados a cultivar em pequenos espaços, como a China enfrenta problemas agrícolas em decorrência da indústria, deveriam vir imigrantes para cá para desenvolver seus métodos com parte da população rural que gostaria de sair do campo. Além da alimentação, o autor recomenda a criação ou o cultivo de pequenos animais que podem servir de alimento e de fonte de renda (cabra, galinha, porco, coelho, peixes e camarões).

A coisa pública para o autor está ligada ao funcionalismo público, para ele existem poucos funcionários ganhando muito. Segundo Nort (1997, 101),

“em 1992, o Brasil tinha cerca de 8 milhões de funcionários públicos pagos por 4 milhões de brasileiros constituintes do imposto de renda. A maioria dos funcionários são desmotivados, ociosos e mal pagos. Ao lado disso há muita injustiça e descalabro salariais. Mais da metade ganha de 500 a 1500 dólares por mês. Um grande número de funcionários ganha mais de 8000 dólares mensais. Em 1995 foi feito um levantamento pelo Ministério da Administração, admitindo que o número total tinha baixado para 6,5 milhões e se descobriu que os dois órgãos que tem mais servidores ganhando mais de 8.500 dólares mensais foram: a Polícia Federal com 669 servidores e o INSS com 422”.

Para ele, devem ocorrer fiscalização para garantir qualidade no serviço público, reescalonar os salários e colocar este pessoal para trabalhar.

As medidas apontadas por Nort (1997) para atenuar o desemprego são: redução da jornada de 44 para 40 horas semanais; redução temporária do número de trabalhadores por tempo determinado (recebendo parte dos salários); meio período para todos os trabalhadores com redução dos salários; desoneração do trabalho pela redução dos encargos das folhas de pagamento e formação de novos empreendedores. Para melhorar a distribuição de renda ele acredita na reforma fiscal, pois o Brasil tem uma das maiores concentrações de renda do mundo. Segundo ele (1997, 151), “nos últimos 10 anos, as perdas salariais acumuladas foram de 42% segundo o DIEESE. A participação do trabalho na renda nacional, que era de 51% em 1980, desceu para 30% nos anos 90. Atualmente está em torno de 40%. Nos Estados Unidos esta participação é de 70%. Um país só se desenvolve quando a renda do trabalho supera a renda do capital”.

O governo deve implantar uma reforma fiscal para melhorar a distribuição da renda: imposto de renda progressivo sobre altos salários; impostos sobre grandes fortunas e grandes heranças; trocar a política de juros altos e poupança para políticas de investimentos na produção e aumentar o número de acionistas das empresas; planejamento familiar geral e imediato, pois sem este último os dois primeiros não terão efeito.

A dívida externa para ele é um mal necessário que poderia ser menor se o dinheiro fosse bem aplicado, e também se as empresas estrangeiras investissem e se instalassem no país. O que o governo procura fazer é administrar os prazos da dívida para contrair mais dívidas para poder executar as suas políticas econômicas. O autor aceita a dívida e acha que deve ser paga.

No que diz respeito ao problema da fome o autor enfatiza as campanhas contra a fome como a do Betinho em 1993 que foi um sucesso, mas que não teve continuidade pela falta de doação e pela falta de voluntários. Para o autor o essencial para combater a fome é o planejamento familiar, como exemplo ele usa a campanha do Betinho, segundo

ele após o terceiro ano da campanha se paralelamente os três milhões de voluntários tivessem levado junto com a comida o planejamento familiar aos pobres, em 1997 teríamos 5 milhões de crianças a menos e consequentemente os pobres teriam, matematicamente mais qualidade de vida, melhor alimentação, melhor saúde e educação.

Em relação a questão da previdência social diz que deve ser feita uma reforma, segundo ele (1997, 393),

“A previsão é de que dentro de 10 anos não haverá dinheiro para bancar as aposentadorias no serviço público federal. Nos estados e municípios a falência do sistema pode acontecer ainda mais cedo, devido a criação de regras de aposentadorias privilegiadas para o funcionalismo público. A falência completa também tem data marcada: dentro de 25 anos, quando os recursos da previdência forem insuficientes para o pagamento dos benefícios do setor privado. Hoje 2,3 trabalhadores da ativa sustentam um aposentado, quando o ideal seria uma proporção de 4 para 1”.

A solução para o autor não está na criação de um batalhão de fiscais para vigiar empresa por empresa, mas num sistema informatizado e eficiente e no apoio de empregados, sindicatos e aposentados fiscalizando e denunciando irregularidades. Para ele, as penas deveriam ser mais duras para os infratores e para aquelas empresas devedoras deveria existir uma cobrança mais rígida.

A questão da saúde segundo o autor é delicada, o país precisa de uma medicina preventiva abrangente e uma medicina curativa barata. Para ele, além do país gastar pouco com saúde, não se tem resultados eficientes com o sistema de saúde público (na maioria dos casos). Como a alternativa ele aponta alguns hospitais públicos, que realmente funcionam, com o apoio dos funcionários bem como o da comunidade, diz que devem existir campanhas permanentes de prevenção e combate as doenças e que o governo deve investir mas em saúde e menos em marketing.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

O estudo teve como intenção conhecer a estrutura do Fundo Monetário Internacional (FMI), sua atuação no Brasil e identificar a existência de custos para a sociedade brasileira decorrentes da última atuação do organismo no país (1998).

Os fundamentos teóricos que dão início ao FMI são coerentes, restaurar o equilíbrio econômico mundial. Com o passar do tempo o Fundo precisa de mais recursos para atender os seus membros, a solução são as organizações financeiras privadas que começam a interferir e determinar a ação do F.M.I. pois não querem perder dinheiro. O fundo passa a atuar de forma rigorosa, nas condicionalidades e nos juros cobrados pelos empréstimos. Como “os remédios” recomendados pela organização agravam os problemas sociais do país auxiliado o Fundo é bastante criticado e para contornar o quadro é realizado um encontro conhecido como “Consenso de Washington”, cujo objetivo era verificar se o FMI conseguira ou não atingir os objetivos propostos para os países do terceiro mundo (principalmente os países Latino Americanos), o Fundo contornou as críticas (por um certo tempo) ao reafirmar a sua ideologia. Mas com o tempo os problemas sociais dos países membros (auxiliados) são agravados e a organização passa por uma crise do tipo existencial que se prolonga até os dias de hoje, não está sendo lucrativo auxiliar os países do terceiro mundo, a intenção é abandonar este tipo de atividade. O Fundo Monetário é uma instituição extremamente capitalista e não está preocupado com as consequências sociais das políticas que ele “recomenda”. Portanto cabe ao país auxiliado rever as condicionalidades exigidas pelo FMI e decidir se é possível ou não aceitá-las.

O Brasil passa a atuar nos padrões Fundo Monetaristas de maneira intensiva a partir dos anos 90, de lá para cá a população vem sofrendo os “choques” decorrentes das políticas adotadas – Neoliberais, que em nome da estabilidade econômica – equilibrar o balanço de pagamentos e tentar fazer crescer a economia – faz o governo abandonar os programas sociais básicos e fundamentais (educação, saúde, habitação, etc.).

Para que o Plano Real continuasse, o FMI tornou-se um elemento determinante, pois chegou num momento em que o governo não conseguia mais manter o plano com recursos “próprios”, o Real estava fragilizado, as divisas que mantinham parte das políticas macroeconômicas estavam acabando (representando um risco para a

economia) e o governo não conseguia manter a credibilidade da economia. A solução encontrada foi recorrer ao FMI (1998) para pedir um novo empréstimo – injetar dinheiro na economia – e condicionar a economia à políticas mais drásticas. Neste último acordo são definidas políticas econômicas rigorosas para equilibrar a economia do país, com isso os indicadores sociais apontam uma população cada vez mais pobre, sem empregos, trabalhando na informalidade, mais violenta e com um sistema de saúde e educação em crise. Como foi mencionado neste trabalho, o Fundo atua através de duas fases: estabilização (controle do câmbio e da inflação) e reformas (cortes), a primeira é de euforia, tudo parece que vai mudar (curto prazo) e a Segunda é de crises internas pois os cortes – privatizações, redução no orçamento, reformas constitucionais entre outros – acarretam em grandes custos sociais. Além disso outro problema é agravado por este tipo de política, o aumento da dívida externa e interna.

Como as políticas recomendadas pelo Fundo Monetário são socialmente inaceitáveis, existem outras alternativas para os problemas sociais brasileiros. No trabalho foram mencionadas uma série de alternativas (apontadas por diferentes autores) que buscam solucionar tais problemas. As mais coerentes na minha opinião se dividem entre a agenda alternativa de Mercadante, onde entraria a reestruturação produtiva, industrial e agrária, apoio aos pequenos e a democratização do estado. O controle no orçamento apontado por Garcia Junior, não controlar salários de aposentados e gastos sociais, mas controlar gastos em salários, aposentadorias e benefícios das elites do governo nas três esferas (legislativo, executivo e judiciário). A reestruturação da dívida mencionada por Dornbusch, pois a dívida já existe e deve ser paga, mas não com as taxas de juros e com os prazos do mercado. Deve ser renegociada. E por fim o Planejamento Familiar de Egon Nort, pois não adianta ter uma grande população onde grande parte vive em condições de subsistência. Certamente estas alternativas não resolverão todos os problemas da sociedade brasileira, mas num prazo maior ajudarão a amenizá-los. O governo não deve apenas se preocupar com as questões de ordem política e econômica, deve considerar também questões de ordens sociais, pois suas obrigações em última instância devem ser voltadas para o bem estar da sociedade.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Pesquisa social projeto e planejamento*. 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, volume 1, 1996.

BACHA, Edmar Lismoa; MENDOZA, Miguel Rodriguez. *Recessão ou crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América Latina*. Editora Paz e Terra, 1986, p.29-68.

BAER, Mônica; LICHTENSZTEJN, Samuel. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENEDITO, Mauzar. *Dívida externa. Eles gastam, nós pagamos*. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, abril de 2000.

CHOSSUDOVSKY, Michael. *A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. 1.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1999, 320p.

COLECCION ECONOMIA-TEOLOGIA. Democracia y totalitarismo. 2.ed. 1990.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Março de 1998, julho de 2000, setembro de 2000.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. 5.ed. Editora Makron Books, 1991. 930p.

DORNBUSCH, Rudiger. *Stiglitz versus FMI: mais uma opinião*. 21 de abril de 2000, p.2-4.

DORNBUSCH, Rudiger. Fim de uma ilusão. *Revista Conjuntura Econômica*, março de 1999, p.22 e 23.

FERREIRA DA SILVA, José Cláudio; HORTA, T.T. Maria Helena. *As negociações financeiras internacionais do Brasil pós-FMI*. Revista de Economia Política, volume 4, número 3, julho/setembro de 1984.

FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de julho de 1999, p.2-5.

FOLHA DE SÃO PAULO, 29 de fevereiro de 2000, p.1.

GARCIA JR, Renê. A retomada do crescimento. Há saída para a crise? *Revista Conjuntura Econômica*, setembro de 1999.

GAZETA MERCANTIL, 9 de outubro de 1998, p.1-6, 16 de novembro de 1998, p.1-6, 9 de março de 1999, p.A-5 e A-6.

GAZETA MERCANTIL, 24, 25 e 26 de março de 2000. *F.M.I. e Bird podem sofrer cirurgia*. p.B-1 e B-11.

GUEDES, Paulo. Sob os holofotes. *Revista Exame*, 10 de fevereiro de 1999, p.28-30.

KEYNES, Mayhard John. *Las consecuencias economicas de la paz*, Buenos Aires, Argentina: Editora Albatroz, 1998.

NORT, Egon. *Brasil. Rumo ao primeiro mundo. Solução dos problemas brasileiros*. Florianópolis, 1997, 488p.

O CONSENSO DE WASHINGTON. Caderno da dívida externa, n.6, 1993.

POLAYNI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. 1.ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SINGER, Paul. O Plano Real: Continuidade de ruptura. In: Mercadante, Aloizio (org). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: 1998, p.131-166.

STIGLITZ, Joseph. O que eu aprendi com a crise mundial. *Folha de São Paulo*, 15 de abril de 2000, p.2-7 e 2-8.

[www. IMF.ORG](http://www.imf.org).